



A LUTA CONTRA A DÍVIDA EXTERNA E A NECESSIDADE DE UM PROGRAMA DE RUPTURA COM O IMPERIALISMO*

Geraldo Pereira Barbosa**

RESUMO

O presente ensaio tem como objetivo analisar o problema da dívida externa, que se constitui numa “transusão de sangue às avessas”: os recursos das economias anêmicas do Brasil e dos outros países dependentes são sugados pela potência imperialista dominante. Os elementos que são tematizados para esta abordagem são: a história do problema da dívida e os problemas desta história; o novo padrão de imperialismo neocolonialista que emerge com a crise estrutural do capital a partir da década de 1970; a articulação do problema da dívida externa com a questão da dívida interna; a perda de soberania nacional através das “Cartas de Intenções ao FMI”; a cumplicidade da burguesia nativa com a “eternização” do pagamento da dívida externa que esmaga nosso país; a desordem generalizada que foi implantada no Brasil por incompetência, falta de espírito público e pusilanimidade de muitos dos nossos governantes. A discussão sobre alternativas e sobre a viabilidade de um “projeto para o Brasil” leva em conta: a necessidade de ligar a ruptura com o imperialismo com a ruptura com o domínio dos monopólios capitalistas; a necessidade de ligar um programa de soluções de emergência contra a fome, a miséria e o desemprego com uma estratégia que tenha como horizonte a transição para o socialismo; a necessidade de fortalecer a solidariedade internacional dos trabalhadores e dos povos oprimidos (não como um postulado abstrato, mas como algo materialmente fundado nas condições e contradições do desenvolvimento histórico real).

PALAVRAS CHAVE

dívida externa, imperialismo, neocolonialismo, crise estrutural do capitalismo, Brasil, finanças públicas, programa de emergência, transição para o socialismo.

Foi extremamente oportuna a iniciativa das entidades que organizam o Plebiscito Nacional da Dívida Externa. Cerca de 6 milhões de brasileiros votaram e mais de 95% dos votantes disseram não aos acordos com o FMI, à continuidade do pagamento da dívida externa e à continuidade do uso de grande parte dos orçamentos públicos para o pagamento da dívida interna aos especuladores.

Diante das conseqüências da subordinação dos governos brasileiros à renegociação da dívida nos termos do “Plano Brady” – deixando o país atrelado ao projeto de recolonização imperial do “Consenso de Washington”, que implica em recessão, juros altos, miséria, desemprego, fome, arrocho salarial, cortes dos gastos públicos em saúde, educação e demais direitos sociais, privatizações e desnacionalizações, enfim na venda do país para pagar a dívida – já estava mais do que na hora de se realizar um plebiscito como este e outras ações de massa, que esclareçam o povo trabalhador sobre os prejuízos atuais e catástrofes futuras decorrentes de se manter esta situação de subordinação ao FMI e demais órgãos “multilaterais” de financiamento. Esta subordinação nos torna prisioneiros do capital financeiro internacional, sem projeto de nação, de futuro com dignidade e talvez até mesmo de sobrevivência (diante do caos

* Este artigo foi publicado anteriormente como “La Lucha en Contra la Deuda Externa y la Necesidad de un Programa de Rompimiento com el Imperialismo”, In: Paradigmas y Utopias. Revista de Reflexión Teórica y Política, nº 1, Ciudad de México, D.F., marzo de 2001.

** Sociólogo e professor da UNISUL e CESUSC.



resultante das tendências imperialistas de impor pela violência a chamada “nova ordem mundial”).

Na segunda metade do século XX, evidenciou-se que o novo padrão de expansão do imperialismo – como sistema internacional de dominação e subordinação na “fase monopolista do capitalismo” – não impedia o desenvolvimento do capitalismo nos países atrasados, mas implicava sua objetivação com particularidades extremamente perversas; através de uma via autocrática, dependente e permanentemente subdesenvolvida de desenvolvimento. O capital monopolista engendrou um tipo de industrialização da periferia que permitisse manter o controle imperialista do “território econômico” na maior extensão possível do mundo, segurança para a exportação de capital financeiro, com abertura para o investimento e o comércio das gigantescas corporações multinacionais e o acesso às fontes de matérias-primas relevantes para as novas indústrias e as novas tecnologias. As burguesias dos Estados imperialistas buscaram vergar o movimento socialista dos seus países, combinando repressão seletiva com a criação de um padrão de vida mais elevado para o proletariado interno, contrastando com uma maior taxa de exploração dos trabalhadores dos países dependentes. O imperialismo combinou o “Estado de Bem Estar” em casa com a exploração e opressão impiedosa do trabalho na “periferia subdesenvolvida”. É próprio dos impérios reconhecer aos seus próprios cidadãos os direitos que nega aos povos subordinados. A política externa dos EUA pode ser caracterizada como fascismo exterior: um sistema de dominação do capital financeiro que preserva um grau significativo de “liberdades liberais” no seu próprio país, impondo uma dominação autocrática (por vezes dissimulada, mas quando necessário, aberta) nos países dependentes. Onde as forças políticas empenhadas num programa popular e anti-imperialista avançavam, o grande capital internacional - com a superpotência americana a frente e associado às classes dominantes locais - recorreu à contra-revolução preventiva e ao terrorismo de Estado para “salvar” a ordem. Os países imperialistas empurravam “créditos fáceis” para os ditadores submissos (que impuseram aos povos da América Latina e de outras partes do mundo), com o objetivo de fomentar a “industrialização dependente”, funcionalmente articulada à centralização de capital nas metrópoles imperialistas.

O colapso internacional da longa dinâmica expansionista e a crise estrutural do capital aberta no início dos anos 70 tiveram como resposta da grande burguesia a guinada neo-conservadora, com o ataque aos direitos e ao nível de vida dos trabalhadores e o desmonte do “Welfare State” (acentuando suas tendências militaristas de Warfare State) nas metrópoles e uma ofensiva contra os povos das nações oprimidas e dependentes que exacerba o caráter historicamente regressivo do imperialismo. No inter-relacionamento complexo de elementos que permite aparente paradoxo dos EUA ter aumentado o seu poder e a sua riqueza, apesar de acumular um enorme déficit em longo prazo em conta corrente e de ter se transformado no país mais endividado do mundo (uma dívida pública de quase US\$ 6 trilhões), destaca-se a exacerbação do controle parasitário do imperialismo norte-americano sobre a economia mundial e o aumento formidável da apropriação do excedente produzido no exterior. Este excedente inclui, além das remessas de lucros e dividendos das multinacionais, uma parcela cada vez maior proveniente do pagamento da dívida dos países periféricos e dependentes, que nos anos 90 atingiu a casa dos US\$ 370 bilhões anuais. Além disso, o FMI obriga os países subdesenvolvidos a imobilizar cerca de 20% de suas receitas para manter reservas em divisas, vendendo a ilusão de que isto lhes permitiria resistir a ataques especulativos (mas elas se mostraram inúteis para este fim, como se demonstrou na crise financeira que começou no sudeste asiático em 1997 e atingiu o Brasil no início de 99). Há ainda o fato, absurdo, de que com suas reservas os países pobres oferecem financiamento barato e a longo prazo ao país mais rico e poderoso do mundo: estão depositados nos EUA, US\$ 727 bilhões procedentes das reservas dos Bancos Centrais dos países do chamado “terceiro mundo” (isto é, os países subdesenvolvidos, dependentes e periféricos que, na realidade, fazem parte de uma totalidade



mundial única com desenvolvimento desigual e combinado; países que, segundo os conceitos ambíguos dos tecnocratas dos “órgãos multilaterais”, foram designados pelo eufemismo de “países em desenvolvimento”, para depois ver esvaziada qualquer conotação nacional na nova denominação de “mercados emergentes”).

Florestan Fernandes demonstrou, de modo fundamentado, as conseqüências antidemocráticas da transformação capitalista nos países dependentes, que se dá sob condições "que excluem qualquer possibilidade de 'repetição da história', ou de 'desencadeamento automático' dos pré-requisitos do 'modelo democrático burguês'. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento e democracia; ou (...) uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia" (Fernandes, Florestan - A Revolução Burguesa no Brasil, Zahar, RJ, 1975, p. 292). No Brasil, a contra-revolução proto-fascista nasceu dos impasses contidos na relação da burguesia com a forma dependente de desenvolvimento capitalista. Ela forjava delírios ridículos (e catastróficos), compensando uma situação nacional sem grandeza com o cultivo cego da mania de grandeza. Diziam que a ARENA, partido oficial do regime, era “o maior partido do Ocidente”, alardeavam que o Brasil, além de ser o maior e o mais populoso país da América Latina, era “o maior país católico do mundo”, “o mais moderno país do terceiro mundo”, etc. Mas, as elites contra-revolucionárias silenciavam que tal “modernização” só favorecia a si próprias e aos centros imperiais: ela não operava no sentido de promover a descolonização plena, a revolução nacional e a revolução democrática e a elevação da qualidade de vida do povo; mas, em direção inversa, promovia a criação dos elos necessários à formas crescentemente mais complexas e perversas de incorporação da periferia ao núcleo das economias, do sistema de poder e da organização ideológica dos países imperialistas. Os governos dos generais-ditadores endividaram-se com juros pós-fixados e flutuantes a critério dos credores e acabaram contraíndo a maior dívida externa do “terceiro mundo”. Em 1964, quando do golpe militar contra o governo nacional-reformista de João Goulart, devíamos cerca de US\$ 2 bilhões. Diante da crise e do golpe, Celso Furtado alertava, que a burguesia industrial brasileira recorria mais uma vez à "concessões aos grupos estrangeiros", como "linha de menor resistência para a solução de seus problemas ocasionais", o que tinha uma racionalidade "do ponto de vista das empresas", mas "do ponto de vista nacional" teria como repercussões "um amplo processo de desnacionalização da economia", o "estrangulamento externo" e outras contradições que tendem a "agravar-se uma vez que se repita no futuro o que se fez no passado" (Furtado, Celso - Dialética do Desenvolvimento, Fundo de cultura, RJ, 1964, p. 132-3). Já em 1972, quando a dívida externa atingia US\$ 10 bilhões, o semanário oposicionista Opinião alertava que ela comprometia o futuro do país, pois “vai ser paga com o fruto do trabalho dos próximos anos (...) e vai agravar a dependência externa transferindo o controle das decisões sobre a economia brasileira para o Exterior” (Cf. Opinião, nº 5, 4/12/1972; V. tb. o primeiro número do jornal Movimento, que chamava atenção para o perigo do endividamento com juros flutuantes, em 1975, quando a dívida já passava de US\$ 20 bilhões).

Até por volta de 1979 a taxa média de juros oscilava em torno de 3% ao ano e o Brasil devia US\$ 55 bilhões. Depois do choque de aumento dos juros externos (“período Paul Volcker”, presidente do FED - Federal Reserve - no governo Reagan), se multiplicou a taxa de juros reais por 5. As taxas de juros chegaram a 18,8% e ultrapassaram 15% por vários anos sucessivos. A dívida tornou-se uma bola de neve: ao final do governo Figueiredo, em 1984, a dívida externa tinha ultrapassado US\$ 100 bilhões e em 1999 – após duas “moratórias técnicas” e tenebrosas renegociações - atingiu US\$ 241,2 bilhões. Esta cifra foi atingida não apenas por força da repactuação dos juros, mas também da irresponsável liberalização da conta de capitais sem controles cambiais de qualquer espécie, que está na origem da contração de cerca de US\$ 140 bilhões de dívida externa privada. Depois, o governo brasileiro cedeu à pressão do FMI para que o Estado se substituísse a todos os credores privados, mesmo quando estes eram empresas



estrangeiras. O Brasil chegou a gastar, em 1982, 96,4% das suas exportações totais no pagamento do serviço (amortizações mais juros) da dívida externa. Nesta época vários países viram-se impossibilitados de efetuar o pagamento dos juros devidos. Se neste momento o governo brasileiro, ou outro importante país devedor, tivesse declarado moratória e mobilizado um certo número de governos em situação similares, teria forçado os países credores e as instituições multinacionais de crédito a aceitar uma negociação global com uma solução definitiva para o problema. Há precedentes. Em 1924 a Alemanha declarou moratória da totalidade da sua dívida; em 1931, em meio à grande depressão, o governo estadunidense ofereceu moratória a todos os governos que haviam contraído dívidas com os EUA relacionadas à Primeira Guerra Mundial, desde que estes governos procedesse do mesmo modo com seus respectivos devedores. No início dos anos 70, os credores da Indonésia aceitaram anular o essencial da dívida deste país, que então vivia uma grave crise social e política. Em 1987, com o colapso da bolsa de New York, num quadro de ameaça de colapso do sistema bancário internacional (pressionado pela gigantesca dívida pública estadunidense), os grandes bancos e autoridades monetárias do Japão e das potências capitalistas da Europa, "voluntariamente" e com todos os riscos para si próprios, arcaram com o financiamento de uma "operação de salvação" cujo custo deve ser contabilizado em trilhões de dólares, para fazer frente de modo coordenado à ameaça de desestabilização da ordem financeira internacional. Se houvesse uma vontade semelhante de agir para solucionar o problema do superendividamento dos países do chamado "Terceiro Mundo", logo se verificaria que o volume de recursos exigidos seria relativamente modesto. Já nesta época, ninguém duvidava que a dívida externa dos países latino-americanos é não só impagável, mas inadmissível: mesmo que governos pró-imperialistas continuem obedientes aos "ajustes" do FMI que colocam como prioridade absoluta o pagamento dos serviços da dívida, nossos países não serão capazes de continuar pagando esta dívida por muito tempo. Obviamente, isto traz implicações muito perigosas para o sistema financeiro mundial como um todo. O problema é que o domínio aventureiro do capital financeiro estadunidense é muito mais uma manifestação da crise estrutural do domínio do capital do que sua causa, ainda que, por sua vez, o descontrolado cassino da dívida, também contribua fortemente para o agravamento da crise. Ainda que a prática de "administração da dívida" do Estado imperial e dos "órgãos multilaterais" controlados pelo capital financeiro, seja fundada em areia movediça, sua estratégia é sugar o máximo pelo maior tempo possível. Hoje as finanças do Estado Imperial norte-americano depende de um gigantesco aporte de poupança externa, sugada sobretudo dos países mais pobres do mundo. Portanto, não sairemos desta situação, que ameaça balcanizar o país, sem disposição para enfrentar possíveis represálias do sistema de poder do capital financeiro internacional. Mas, têm faltado aos governos de nosso país, decisão, firmeza e qualquer compromisso com um projeto nacional-popular para encaminhar a solução do problema. Submete-se aos esquemas de "ajustamento" ditados pelo FMI, que provocam terríveis processos recessivos, com o que se paga a dívida em dobro: com o que se manda para fora e com o que se deixa de produzir por causa da recessão (sem falar no sucateamento do parque produtivo por falta de investimentos privados e públicos e nas conseqüências nefastas do corte de verbas públicas para infra-estrutura e garantia de serviços e direitos sociais).

Entre 1979 e 1989 o montante pago pelo Estado brasileiro foi de US\$ 123 bilhões. Entre 1989 e 1994 pagamos US\$ 149,8 bilhões (quase a metade, US\$ 74,8 bilhões, pagos no breve consulado de FHC a frente do ministério da fazenda, entre julho de 1993 e seu licenciamento para disputar a presidência no final de 94). No primeiro mandato de FHC (1995-1998), o estoque da dívida cresceu US\$ 99 bilhões e só neste período desembolsamos cerca de US\$ 129 bilhões para atender ao serviço da dívida externa, num nível de sacrifício (cerca de 50% dos ganhos com exportações) considerado crítico pelo próprio Banco Mundial. Em 1999 o serviço da dívida abocanhou US\$ 67,1 bilhões. Até 1999, portanto, o governo FHC já transferiu para os credores mais de US\$ 196 bilhões, só a título de juros e amortizações. Em resumo: devíamos US\$



55 bilhões em 1979, pagamos nos últimos 20 anos US\$ 469 bilhões só de serviço e devemos US\$ 241,2 bilhões. A sangria continua: os dados oficiais sobre o Orçamento da União do primeiro trimestre de 2000 dão conta de 71% do Orçamento foi gasto com a dívida pública interna e externa, totalizando R\$ 113 bilhões em três meses. Os dados que dispomos, indicam que, só no ano 2000, pagamos mais de US\$ 60 bilhões de serviço da dívida externa e mais de R\$ 130 bilhões de juros em contrapartida da dívida pública federal interna, enquanto o conjunto da dívida externa ultrapassava US\$ 277 bilhões em junho de 2000 (Fonte: Sinopse da Execução Orçamentária, nº 1 e nº 3, Cons. de Orçamento e Finanças da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, jan.-mar. e jul.-set. de 2000).

A rigor, o principal da dívida já foi pago mais de oito vezes, só com o serviço dos últimos 20 anos, mas quanto mais pagamos mais devemos. Se depender das “condicionalidades” e “programas de ajuste estrutural” (PAE) imposto pelos “organismos internacionais multilaterais” (FMI, BIRD, OMC, etc.) a serviço do imperialismo, não há dúvidas que o calvário da dívida externa se transformará num “trabalho de Sísifo”: na inútil tarefa e infinita danação de pagar uma dívida eterna. A “Nova Ordem Imperial” tem como um dos seus pilares fundamentais usar o pagamento a longo prazo e em larga escala dos juros da dívida e(x)terna para impor uma estratégia totalizante de recolonização da América Latina e Caribe, de modo a revitalizar a hegemonia dos Estados Unidos no interior do sistema imperialista mundial.

A dívida interna tem uma íntima ligação com o crescimento da dívida externa. A dívida mobiliária federal, que estava em R\$ 62 bilhões quando FHC tomou posse, saltou para astronômica casa dos R\$ 482 bilhões (quase meio trilhão!) em 2000. Os déficits públicos brasileiros não têm como causa fundamental uma suposta “ampliação” de despesas sociais e investimentos em infra-estrutura (cada vez mais escassos e insuficientes). O Estado brasileiro praticamente não teve déficit primário entre o que cobrou de impostos e taxas e o que pagou de pessoal, custeio e investimentos. Os déficits devem-se ao conjunto das políticas impostas pelo FMI, em particular a submissão em relação à política monetária norte-americana, as elevadas taxas de juros e a “desregulamentação financeira”. As altas taxas de juros (que sobem e descem, chegando a 49% em novembro de 1997, mas ficando numa média ainda estratosférica de 25% contra uma média anual norte-americana de 6%, já em si elevada), utilizadas para atrair capital estrangeiro ou para manter os mesmos aplicados nos mercados internos, tem efeitos óbvios sobre o crescimento da dívida interna. Há estimativas de que, mantendo o nível atual das taxas de juros, o montante da dívida interna deve ultrapassar a cifra de R\$ 800 bilhões ainda em 2002, antes do fim do mandato previsto de FHC. Os juros altos sobrecarregam as atividades de empresas e pessoas que operam em reais, em contraste com os grandes empresários, que aproveitam o diferencial de juros internos e externos, tomando emprestado no exterior e aplicando no Brasil, inclusive comprando títulos da dívida pública interna, estabelecendo assim um vínculo de mútuo incremento entre as dívidas. A dívida externa destas empresas, mesmo sendo privadas, tem o Tesouro Nacional como garantidor, mediante títulos públicos com cobertura cambial. O Estado fica refém destes especuladores, especialmente dos estrangeiros: garante que a dívida interna será paga, para evitar que eles abandonem os títulos do governo, transformem seus reais em dólares e saiam do país, gerando uma crise cambial. Há ainda, as perdas decorrentes da redução do nível de tributação sobre os rendimentos de capitais, incentivos fiscais às multinacionais e as perdas de receitas fiscais que resultam da diminuição do consumo dos assalariados (em decorrência das políticas de achatamento salarial), assim como da redução da produção e do emprego. Como os credores estão no controle da alta burocracia do Estado, o capital financeiro especulativo é duplamente beneficiado: esta política auto-obriga os governos a suprir as perdas de arrecadação recorrendo ainda mais aos novos mercados de aplicações de curto prazo (bônus do Tesouro e outros títulos da dívida pública), realimentando uma ciranda suicida que faz girar centenas de bilhões de dólares condensados precariamente no overnigh.



Nenhum programa sério de medidas para reverter e depois eliminar progressivamente o quadro de crise, miséria, fome e desemprego sem precedentes e o retrocesso em direção à barbárie implícito na eliminação de direitos sociais e trabalhistas (ou o “horror econômico”, na expressão da escritora liberal Viviane Forrester) pode ser efetivado enquanto o caixa do poder público estiver vazio (pressionado pela dívida pública) e enquanto não houver uma transformação na correlação de forças políticas, na estrutura de financiamento e controle da economia pública e uma reestruturação da economia nacional como um todo. Para satisfazer as necessidades mais prementes das massas trabalhadoras e aplicar medidas de emergência não basta uma denúncia passiva da “ditadura dos credores”. É preciso organizar o bloco das forças sociais revolucionárias contrárias à dominação do imperialismo e dos monopólios e construir um poder político capaz de repudiar o pagamento da dívida pública, cujo fardo esmagador pesa cada vez mais sobre os assalariados e os pobres e cada vez menos sobre o capital e as rendas mais elevadas. Obviamente, é necessário dar continuidade ao debate público sobre a dívida e(x)terna, aprofundando o questionamento dos acordos com o FMI e demais políticas impostas pelo imperialismo, mostrando a natureza de sua ligação com a crise estrutural do capital e com a situação vigente em nosso país. Trata-se de esclarecer a consciência proletária e popular, criando condições para que o nosso povo se manifeste democraticamente e construa uma vontade coletiva de transformação social. Não há como superestimar a importância deste debate, num momento em que a maior parte das massas do povo trabalhador e oprimido ainda tem sua consciência intoxicada pelos valores neoconservadores que os grandes meios de comunicação lhe inculcaram e confusa diante das ameaças e chantagens em torno do retorno da inflação. A maioria ainda não rompeu plenamente com a apatia fabricada pelas forças da ordem, através da combinação sofisticada de repressão com um formidável aparato de manipulação, que repercute por vários ângulos a ladainha de que “não há alternativas” às políticas do “pensamento único” do “Consenso de Washington”.

A força de FHC, Menem, De la Rúa, Zedillo, Fox e outros governos títeres do imperialismo nestes últimos anos, tem sido a falta de uma alternativa global: a ausência de um projeto alternativo viável, que os trabalhadores reconheçam como seu, capaz de dar a todos os oprimidos uma perspectiva que mereça que se lute por ela. Um programa anti-imperialista de solução democrática da questão nacional e orientado para o socialismo, se mostra essencial para o equacionamento da crise social de nosso país. A construção prática deste programa passa pela fusão do que de melhor a intelectualidade de esquerda produziu e vem produzindo com um esforço militante para organizar a luta de massas em torno de um programa mínimo de emergência, que coloque as necessidades mais sentidas das massas no centro da luta política, com medidas indispensáveis para responder tanto ao agravamento da exploração dos trabalhadores, como à miséria cotidiana dos que são relegados ao “exército industrial de reserva” ou à marginalidade social permanente. A construção da proposta programática de luta por um Brasil livre da dominação do capital financeiro e do latifúndio, passa pelo aprofundamento do debate teórico e estratégico tanto em seminários nas grandes cidades como através do fortalecimento da proposta de “Consulta Popular” convocada pelo MST, por sites de debate na Internet e por assembleias de luta; passa pela revitalização de um movimento sindical classista e pelo fortalecimento dos Comitês Urbano de apoio ao MST. Passa, enfim, por uma interação entre o eventual apoio e cooperação com governos de oposição efetivamente populares (que ocupem o executivo em algum nível do aparelho de Estado) e a criação de Conselhos Populares: instituições adequadas para que as massas trabalhadoras ampliem as áreas e formas de atuação opostas ao Estado burguês e façam sua aprendizagem direta e efetiva de autogoverno, construindo poderes capazes de fazer valer sua decisão, como expressão política organizada de sua auto-atividade consciente. A escalada de guerras imperialistas promovidas pelos EUA representa um perigo para a sobrevivência da humanidade potencialmente mais perigosa que o nazi-fascismo do eixo, pois dispõe de meios de destruição



incomparavelmente mais letais. Há um poder fascista de novo tipo em formação nos EUA, que precisa ser detido. A construção de um movimento de combate ao imperialismo e ao capital, mesmo que comece inicialmente em alguns países, deverá se ampliar como um bloco continental anti-imperialista no âmbito da América Latina e Caribe, para encontrar os meios de resistir e se impor como uma necessária ofensiva socialista. Trata-se de uma tarefa que se articula com a reorganização e revitalização da luta e da solidariedade programática entre os trabalhadores e os povos oprimidos do mundo, pois a atual crise estrutural do capital põe em jogo a própria sobrevivência da humanidade, anunciando crises cada vez mais graves, nas quais se tornará clara a necessidade de reorganizar a economia mundial sobre novas bases sociais. O imperialismo não pode viver sem exploração e sem guerras. Só um poderoso e organizado movimento de massas conscientemente socialista pode criar (em cada país e no âmbito internacional) as instituições adequadas para a necessária ação combinada mundial capaz enfrentar e resolver (numa escala temporal incerta que poderá ser medida em anos e talvez em décadas, mas "nunca em séculos, pois o tempo está se esgotando") não só os graves conflitos econômicos, políticos e militares internacionais, como a erradicação da fome, da miséria e do desemprego estrutural e até a destruição ecológica generalizada. Neste processo, a tarefa dos marxistas revolucionários é dar expressão consciente à necessidade prática racional e à tendência instintiva dos trabalhadores para a reorganização da produção sobre bases socialistas.

A ARMADILHA DA DÍVIDA EXTERNA: A HISTÓRIA DO PROBLEMA E O PROBLEMA DA HISTÓRIA

A arapuca da dívida é só um dos troncos da armadilha maior da dependência ao imperialismo. A história mostrou que Lênin estava certo, há 84 anos no seu famoso "ensaio popular" sobre O Imperialismo, ao destacar a importância crescente da exportação de capitais como uma característica essencial do estágio monopolista do capitalismo (em contraste com a "exportação de mercadorias" que predominava no "capitalismo de livre concorrência", em sua variante "liberal" de neocolonialismo). No imperialismo, como "etapa superior do capitalismo", a antiga tendência para a concentração e centralização de capital atinge um ponto em que as principais economias são dominadas por um número relativamente pequeno de grandes empresas. O capital financeiro (a fusão do capital industrial e bancário) promove uma transformação estrutural no capitalismo, que atinge a sua última fase imperialista. Hoje (e nas últimas quatro décadas), as vendas das filiais estrangeiras das multinacionais do mundo (isto é, a atividade produtiva resultante dos investimentos diretos dos poderes imperialistas) excedem a exportação total de mercadorias de todas as nações capitalistas juntas. Sob o capitalismo monopolista da nossa época, a exportação de capitais ganhou predominância sobre a exportação de mercadorias. O capital financeiro dos países credores utiliza suas "relações" para impor princípios monopolistas em "transações proveitosas" para seus "conglomerados multinacionais" (que substituem a concorrência em mercado aberto), fortalecendo os mecanismos de dependência que deformam os processos de industrialização na periferia capitalista. Sob o aspecto do comércio de mercadorias os países latino-americanos tiveram superávites durante toda a década de 80. A sangria de recursos que desequilibra a "balança de pagamentos em conta corrente" dos países dependentes e provoca novos empréstimos, tem como causa determinante as remessas de lucros, dividendos, royalties e sobretudo pagamentos do serviço da dívida externa, que são transferidos para o caixa das corporações multinacionais e para os credores metropolitanos.

Lênin considerava o advento do capitalismo monopolista - com a hegemonia parasitária do capital financeiro, a luta por novas partilhas do mundo entre as "uniões internacionais monopolistas de capitalistas" e entre as grandes potências, que levou a primeira guerra mundial - como uma virada qualitativa, que marcou uma quase total eliminação das funções civilizadoras da burguesia (do papel histórico contraditoriamente progressista que ela ainda podia



desempenhar no período do capitalismo concorrencial) diante das tendências bárbaras e regressivas da época do seu domínio imperialista. Ele fez avançar profundamente a crítica das guerras imperialistas e coloniais: adverte sobre as implicações cada vez mais graves dos riscos destrutivos do desenvolvimento tecnológico aplicado aos armamentos e, também (atacando certos equívocos presentes no marxismo da Segunda Internacional quanto ao “papel progressista do capitalismo como exportador de civilização”); desmascara e condena sem ambigüidades o caráter reacionário e parasitário da opressão colonial e imperialista.

Nos últimos anos de sua vida, Lênin deu considerável atenção ao estudo da realidade dos países latino-americanos. Preocupado em fundamentar numa análise concreta da realidade a articulação da luta do proletariado internacional com os “povos oprimidos do mundo”, distinguiu a situação dos principais países da América Latina da situação colonial e semi-colonial presente na maioria dos países da África e Ásia em sua época, caracterizando os primeiros como “países dependentes”: embora a maioria dos países latino-americanos tenha alcançado a independência política formal, permanecem essencialmente envoltos nas redes da dependência financeira e diplomática, economicamente submetidos ao imperialismo. São preciosos os ensinamentos de Lênin na luta contra a opressão imperialista. Ele desmascara a posição dos nacionalistas burgueses, mostrando que (receosos de que a luta anti-imperialista se transforme em luta anti-capitalista) eles falam de “libertação nacional”, mas põem de lado a luta pela libertação econômica; quando nesta última reside precisamente a principal, a decisiva libertação. E como o capitalismo dependente é incapaz de sobrepujar a pobreza crônica, a marginalização sistemática de milhões, a falta permanente de integração nacional e a exploração externa crescente, nenhum dos problemas fundamentais que atingem nossos povos tem solução. Coloca-se assim para as massas populares e o proletariado de nossos países, como meta estratégica, a luta por transformações sociais profundas que levem a conquista do poder através de sua atividade e organização própria e a construção da sociedade socialista. Trata-se da revolução ininterrupta, que passa, sem estágios, à combinação de tarefas democráticas e nacionais com medidas anti-capitalistas que dão início à transição para o socialismo.

Os dramáticos processos históricos deste século são eloqüentes, mostrando que, também para os povos da América Latina, a dominação do capital e do imperialismo bloqueia qualquer democratização profunda e a efetiva independência nacional. A conquista de democracia para as massas (e não apenas para os ricos e suas elites, como tem sido até agora), o progresso social e a libertação nacional só são realizáveis olhando-se para frente, na direção da revolução socialista e da construção da sociedade socialista.

Os mecanismos que incrementam a dívida externa, com suas seqüelas de duras restrições financeiras e de empobrecimento das condições de vida dos povos, têm se constituído no principal elemento de penetração econômica e política do capital estrangeiro na América Latina, aprofundando a condição de dependência de nossas nações frente aos centros imperialistas. Na medida em que, com o surgimento do capitalismo monopolista no final do século XIX, o fluxo escalonado de empréstimos e de investimentos diretos das nações imperialistas para as dependentes torna-se um instrumento chave na dura competição entre as corporações internacionais monopolistas, seus Estados imperialistas travam uma luta encarniçada para repartir entre si as diversas regiões do mundo. Quando, em 1905, as potências européias – os britânicos, alemães e italianos – enviaram suas frotas para bloquear a Venezuela e outros países vizinhos, para forçar o pagamento das dívidas destes países que viviam uma grave crise econômica, o presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, lançou mão da já quase centenária “Doutrina Monroe”, advertindo que seu país se via “obrigado a intervir” nos assuntos internos das nações latino-americanas para eliminar os motivos da intervenção de outros. Sob o lema “a América para os americanos” (do Norte, naturalmente), teriam a oportunidade de realizar uma longa e sangrenta série de intervenções, como é bem sabido (primeiro diretamente no Panamá, República Dominicana, Cuba, Haiti, Honduras, Nicarágua, Guatemala; e depois preferindo formas



de intervenção indireta - apoiando tiranos, golpistas e ditadores locais - em quase todos os países do sub-continente, o que nunca excluiu novas invasões, até os dias correntes, onde os casos de Granada e novamente Haiti e Panamá são apenas os exemplos mais recentes). Entre outros motivos, estas intervenções militares buscavam resgatar o dinheiro devido aos banqueiros ianques e “incorporar” estes países à rede imperialista, “abrindo os portos” e impondo tratados em benefícios dos banqueiros e corporações multinacionais norte-americanas. Após a Segunda Guerra Mundial, esta prática tornou-se mais sofisticada e, devido à avançada internacionalização financeira, o agente de cobranças fundamental passou a ser o FMI.

O endividamento pode até ser utilizado para promover o desenvolvimento industrial, no entanto, como (devido aos mecanismos de “intercâmbio desigual”) as exportações dos países dependentes raramente são suficientes para pagar a dívida e fazer as importações necessárias, surgem pressões para realizar novos empréstimos, e depois torna-se necessário tomar novos empréstimos apenas para pagar o serviço dos empréstimos anteriores. Portanto, as relações de dependência econômica resultam em dependência financeira e esta serve para cristalizar a dependência econômica. As associações internacionais de corporações monopolistas (trustes e consórcios financeiros) e os Estados imperialistas controlam o FMI e as outras instituições que ditam as regras do mercado e das finanças internacionais e vergam os governos dos países capitalistas periféricos. Os “empréstimos de estabilização” do FMI, não são para desenvolver estes países, mas são créditos de prazo curto para estabilizar a moeda e cobrir uma grave crise no balanço de conta corrente. O FMI desempenha o papel de administrador colonial: de reforçar as “regras do jogo” que governam as relações de dominação e de exploração entre os países, regras que se consolidam através do próprio processo de expansão colonialista e imperialista, mediante o qual algumas nações enriqueceram e outras empobreceram.

As exigências feitas pelo FMI na ocasião dos empréstimos para estabilização são bem conhecidas e incluem uma “Carta de intenções” no tocante a medidas de interesse do grande capital internacional: eliminação de controles sobre comércio exterior, eliminação ou forte limitação de medidas de proteção do mercado interno e da produção nacional, remoção de restrições nas transações internacionais correntes, um câmbio adequado aos interesses das finanças internacionais, “orçamentos equilibrados” aumentando impostos e reduzindo despesas governamentais (isto é, cortes nos investimentos em infra-estrutura e sobretudo na promoção de direitos e serviços sociais), privatizações de empresas públicas produtivas e lucrativas para pagar as dívidas e elevação de tarifas das empresas governamentais que oferecem serviços; enfim, aplicação estrita dos “sólidos princípios das forças do mercado” (que obviamente, quando funcionam de modo eficiente, distribuem os recursos segundo a estrutura de propriedade dos meios de produção atual, reproduzindo e agravando as iniquidades de distribuição de renda, patrimônio e poder, dentro do país e nas relações entre os países metropolitanos e dependentes). A concessão de empréstimos, portanto, faz algo mais do que proporcionar juros aos credores. Abre as portas para outras formas de penetração econômica: controle do “território econômico”, dos mercados e das fontes de matérias primas, oportunidades de investimento direto, absorção do patrimônio público e do setor bancário local pelo capital financeiro internacionalizado. Há uma relação de simbiose entre o capital financeiro e seus Estados: os créditos e investimentos diretos são concebidos como armas para que a diplomacia faça crescer a esfera de influência do Estado imperialista; e por sua parte, o Estado atua para melhorar as condições dos investimentos e de pagamento da dívida (e em caso de necessidade, garanti-los), diretamente ou através dos “órgãos internacionais”. Os empréstimos, seja através dos governos ou de bancos privados, são um ingrediente decisivo na constituição e reprodução do domínio imperialista, na constante busca de reconcentração e centralização de capital.

No início do século, entre os anos 20 e 30 e, sobretudo, nos anos 60 e 70, não era difícil encontrar representantes dos grandes bancos e consórcios de bancos internacionais nas antessalas dos ministérios da fazenda de todo o mundo, esperando o momento de oferecer seus



empréstimos. Na prática os banqueiros internacionais comportavam-se como os traficantes de drogas, nas suas táticas de indutores do vício, como droguistas iniciadores da intoxicação. Mas este processo nunca se desenvolveu num único sentido: as classes dominantes dos países dependentes logo se habituaram e tiraram vantagens da necessidade de tomar novos empréstimos para pagar anteriores, tiveram sua parte no botim pirata que explora o ciclo vicioso da dependência permanente.

Os países da América Latina não tinham dívida externa logo depois da Segunda Guerra Mundial. Hoje devemos cerca de um trilhão de dólares, a dívida por habitante é a mais alta do mundo e a diferença de rendas entre ricos e pobres é também a mais alta do mundo. Nos nossos países, os blocos de poder hegemonzados pelo imperialismo articularam as frações principais das classes dominantes em torno de “modelos de crescimento econômico” (no que diz respeito à extração de recursos naturais, à grande indústria, ao comércio exterior) condicionados por investimentos diretos e créditos estrangeiros, que hoje culminam numa acelerada desnacionalização do controle do sistema produtivo e do próprio sistema bancário. As grandes burguesias nativas se tornaram sócias do imperialismo - nos seus interesses, nos seus negócios e nas suas empresas - e dependem da colaboração dos latifundiários para controlar as massas empobrecidas. Contando com a cumplicidade e até estímulo dos governos locais, os grandes empresários passaram a se endividar diretamente no exterior. Depois, realizam a manobra já mencionada, de “estatizar sua dívida privada”: tomam dinheiro emprestado nas praças financeiras das metrópoles a juros baratos, vendem as “divisas” para os respectivos BCs., e, com parte do dinheiro, compram títulos da dívida pública interna, com correção cambial e direito a juros estratosféricos, que chegam a ser cinco ou seis vezes maiores que os do exterior. Além disso, segundo o sociólogo mexicano Frederico Bolanos, entre 1980 e 1985, justamente os anos mais severos da “crise da dívida” anterior, as burguesias do México, da Argentina e do Brasil, mantinham depositado nos bancos do exterior o equivalente a cerca de 70% da dívida total destes países (Bolanos, F. “América Latina en Deuda: costos sociales y poder transnacional”, ALAS, S.P., 1997). Recentemente, um informe do Ministério da Economia da Argentina revela que são US\$ 95,8 bilhões (3 anos de exportações, 4 vezes as reservas do BC, quase 80% da dívida externa e quase 1/3 do PIB), os depósitos de particulares argentinos em contas de bancos com sede nos EUA e nos paraísos fiscais (El País, Buenos Aires, 16/08/2000). Conclui-se, portanto, que a dívida externa latino-americana poderia ser paga substancialmente com os depósitos dos particulares nos bancos dos países credores, especialmente os EUA. Os bancos internacionais e o Estado imperial, entretanto, já declararam inúmeras vezes que, em caso de suspensão de pagamentos, sua resposta seria o “congelamento” dos depósitos particulares. Como os depositantes são geralmente membros das classes dominantes, estas são as primeiras a opor-se historicamente a anulação da dívida e a exigir o seu pagamento, já que quem paga, de fato, são as classes populares.

O endividamento dos países capitalistas da América Latina - isto é, a dívida pública e privada externa e a dívida pública interna contraída pelo Estado autocrático burguês e pelas classes e grupos dominantes e sua elites - não se explica como mera imprudência (de alguém que toma empréstimos a juros flutuantes a critério dos credores), nem é o caso de personagens ingênuas a quem se engana facilmente. As classes dominantes nativas se beneficiaram direta e indiretamente dos laços que estabeleceram com o grande capital dos Estados imperialistas. Não é estranho que as classes dominantes e camadas de alta renda de nossas sociedades sejam ardentes defensoras das “privatizações”, da “desregulamentação”, da “flexibilização” (que permite o máximo de rigidez para os patrões na relação com os assalariados), do “livre mercado” (mesmo quando os países centrais praticam o protecionismo, o dumping e se beneficiam do intercâmbio desigual) e da “livre circulação de dinheiro através das fronteiras”. Perseguem esta “liberdade” não só para ampliar as oportunidades e aumentar as facilidades para a concentração e reconcentração de capital as custas do trabalho e do patrimônio público, para especular com



empréstimos externos às custas da economia nacional, mas também para enviar seus lucros e outras rendas (muitas vezes de origem obscura) para a segurança e o sigilo dos bancos da Suíça e dos paraísos fiscais. Enquanto os capitais voam, os salários e os orçamentos para investimento em infra-estrutura, fomento ao desenvolvimento e garantia de direitos sociais são reduzidos drasticamente. Ninguém fala nisso e nem se cogita de recuperar estes recursos para diminuir as perdas internacionais. Argumenta-se que uma ação neste sentido iria contra “os sagrados direitos de propriedade” e de “livre iniciativa capitalista”. Mas foi exatamente isto o que fizeram, no início do século, os governos capitalistas da França e da Inglaterra (os dois mais importantes credores internacionais da época do *laissez-faire*), que obrigaram seus cidadãos a declarar ao tesouro seus saldos no estrangeiro, os liquidou pagando em bônus da moeda nacional, usando o câmbio para cobrir o déficit em conta corrente. A mesma operação foi repetida pelo governo britânico Tory (conservador), logo após a Segunda Guerra Mundial, para recuperar sua economia. Por que foi possível esta operação nas “nações capitalistas centrais” e não o é, nem sequer como projeto, nos países “periféricos”? Por que se espreme com fúria desmedida os trabalhadores e as massas populares, enquanto ao capital privado se permite a fuga para “refúgios” seguros e lucrativos? Uma resposta satisfatória requer uma análise mais ampla e complexa do que podemos fazer aqui. Pensamos, em todo caso, que a chave do problema está na natureza das relações de dependência com os países imperialistas, e nas alianças de classe e blocos de poder hegemônicos pelo grande capital e o imperialismo, que se constituem em Estado nos países capitalistas subdesenvolvidos. Sob semelhantes blocos de poder, o rechaço e cancelamento da dívida e a nacionalização dos monopólios estrangeiros, não são sequer contemplados como uma possível saída da armadilha do endividamento. Trata-se de uma arapuca cuja única saída é a transformação completa do sistema, com a liquidação do poder dos monopólios.

Como se sabe, foi o presidente da República de Cuba, Fidel Castro, que teve o mérito de levantar, pela primeira vez, a bandeira do não pagamento da dívida externa, associando-a a luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional, pela integração latino-americana e pela solidariedade internacionalista. Não se trata de uma proposta improvisada “oportunista”, como argumentam os espadachins a serviço do capital, que acreditam que tudo é “imagem” e “marketing” (coisa que é própria do sistema que representam) e por isto imaginam que todo aquele que faz alguma coisa no mundo o faz pelo interesse imediato de lucro ou por razões de “propaganda”. Em novembro de 1971, quando Fidel visitou Santiago do Chile, em função da vitória da Unidade Popular com Allende, dizia: “Temos lido nestes dias que o Chile deve mais de 3,5 bilhões (...) que a República da Argentina deve mais de 5 bilhões e o Brasil deve uns 9 bilhões de dólares; (...) como vão pagar aos Estados Unidos, como vão satisfazer a dívida externa com este poderoso país, como vão satisfazer os dividendos, como vão manter um nível mínimo de subsistência e como vão desenvolver-se?” (Castro, Fidel – “Discurso en la Sede de la CEPAL, Santiago de Chile, 29 de noviembre de 1971”, In: Cuba-Chile, La Habana, 1972). Ninguém sabia, naquela época, que haveria o choque de juros e que a dívida da região se elevaria a mais de um trilhão de dólares. Mas, os problemas do aprofundamento da dependência, do aumento do abismo entre os países imperialistas e os subdesenvolvidos, da crise do capitalismo, já se anunciavam: “Todo sistema social se acredita eterno até que a história lhe mostra a verdade. Ao longo da história, todo sistema social que foi atacado defendeu-se com violência. Nenhum sistema social se dissolveu por sua vontade. Nenhum sistema social já renunciou em favor dos revolucionários” (Id. “Discurso en Concentración Popular convocada por el compañero Salvador Allende, Santiago de Chile, 14 de diciembre de 1971”, op. cit.).

Em 1959, quando Castro tentou buscar junto ao FMI e ao Banco Mundial recursos para repor as reservas de divisas estrangeiras, esvaziadas pelo regime Batista, para dar início às reformas estruturais da indústria e da agricultura de seu país e fazer os investimentos sociais necessários para promover um desenvolvimento que elevasse a qualidade de vida das massas,



estes órgãos exigiram “restrições de crédito e um orçamento equilibrado, com prioridade ao pagamento da dívida anterior” (New York Times, 23/04/ 1959). Ora, as rígidas restrições destes órgãos significavam um veto à reforma agrária, à política de elevação da qualidade de vida e de garantia dos direitos sociais das massas - escolaridade universal no primeiro e segundo grau e um índice de graduação superior de 70% dos graduados no 2º grau (mais do que o índice de 66% dos EUA, em contraste chocante com os 9% do Brasil), saúde pública e previdência social gratuita e universal - e, em particular, às medidas de eliminação do desemprego. A dívida externa de Cuba com os países capitalistas avançados foi anulada em 1959 e depois nunca mais foi significativa (o peso do serviço da dívida nunca ultrapassou 9% do valor das exportações). Cuba buscou aliados no campo socialista e começou a reconstrução de sua economia em linhas diversificadas, utilizando ao máximo os recursos naturais e humanos. Nunca buscou uma “autarquia”, mas sim eliminar a dependência extrema de um tipo limitado de negócio que só serve para atender às exigências e condições dos países imperialistas. As dívidas com a URSS sempre foram renegociadas sem maiores problemas, sem o FMI e sem o Clube de Paris, com carências de 10 a 15 anos sem juros. Além disso, se estabeleceu um “embrião” de nova ordem econômica internacional nas relações entre os países em transição para o socialismo com níveis de desenvolvimento desiguais, com compensações que visavam diminuir progressivamente a vigência da “lei do intercâmbio desigual”, fazendo os preços das principais receitas de exportação dos países menos desenvolvidos (como o açúcar cubano) acompanhar o aumento dos preços das importações (máquinas, artigos manufaturados, petróleo, etc.) dos países em transição socialista mais industrializados; quer dizer, substituindo a lógica do mercado mundial por preços preferenciais para os países mais atrasados que iniciavam a transição para o socialismo, mas com uma lógica que permitia maior previsibilidade e um planejamento racional do desenvolvimento sustentável, que era mutuamente vantajosa para ambos.

Numa situação de virtual bancarrota dos países latino-americanos - cuja capacidade de produzir superávites não conseguia acompanhar a elevação dos juros sobre uma dívida que ultrapassava a marca dos US\$ 400 bilhões - reuniram-se em Havana no ano de 1985, para discutir questões ligadas às lutas anti-imperialistas, pela democracia e o socialismo, com destaque para o problema da dívida, convocados pelo presidente cubano Fidel Castro, quatro importantes Conferências: um Encontro sobre a Situação da Mulher (em junho); uma Conferência Sindical reunindo 330 dirigentes de 197 organizações sindicais de 29 países da América Latina e Caribe (em julho), o Encontro Continental sobre a Dívida Externa da América Latina e do Caribe (em agosto) que reuniu 1200 representantes de 30 países do sub-continente, incluindo 5 ex-chefes de Estado, líderes religiosos, ganhadores de Prêmio Nobel como García Marquez e Pérez Esquivel, acadêmicos destacados como Florestan Fernandes e Octávio Ianni e lideranças políticas importantes como Luiz Carlos Prestes e Lula; e o Dialogo Juvenil e Estudantil sobre a Dívida Externa (em setembro).

No discurso na sessão de encerramento do primeiro encontro citado, Fidel respondeu aos ataques imperialistas contra o papel assumido por Cuba na luta pelo cancelamento da dívida externa: “Precisamente o grande mérito de Cuba é desencadear uma batalha por um problema do qual o país menos afetado é Cuba. Creio que não existe maior prova de solidariedade para com os países da América Latina e do Terceiro Mundo. E o está fazendo por ser o país mais independente do mundo com relação ao imperialismo, o que menos depende dos Estados Unidos e pode levantar esta bandeira sem temer as conseqüências. (...) Nós somos os menos afeados por esta crise (...) não estamos fazendo uma luta por Cuba, estamos fazendo uma luta pelo Terceiro Mundo. (...) Nós apresentamos gostosamente esta bandeira a quem queira levantá-la. Renunciamos até o último pedacinho desta bandeira para que outro governo ou outros governos latino-americanos a levante, desde que façam o que tem que fazer e nunca a atraiçoe. Por que a levantamos? Porque outros não a levantaram. Não é pelo afã de glória nem pelo prestígio; nenhum verdadeiro revolucionário se preocupa com isto. Martí disse que toda a glória do mundo



cabe num grão de milho. Foi uma das primeiras coisas que aprendemos”. (Castro, Fidel – “Discurso en la Clausura del Encuentro sobre la Situación de la Mujer en América Latina y el Caribe Hoy, La Habana, 7 de junio de 1985”, Ed. Obra Revolucionaria, 26, La Habana, 1987).

A Central dos Trabalhadores de Cuba, como entidade responsabilizada pela organização da Conferência Sindical dos Trabalhadores da América Latina e do Caribe, ressaltou desde o início que não pretendia que esta reunião conduzisse a votações de caráter deliberativo. Apesar disso, durante a Conferência se manifestou um amplo consenso entre os sindicalistas, onde a maioria dos participantes pronunciou-se pela anulação da dívida externa (inclusive os juros), mas todos coincidiram na impossibilidade do seu pagamento e aprovaram por consenso propor ao movimento sindical organizado que: 1) “exija dos seus respectivos países a adoção de medidas que conduzam à anulação (ou à moratória, ou à suspensão imediata de pagamentos ou ao adiamento indefinido) da dívida externa”; 2) “promovam a incorporação de seus governos a uma frente unida de países devedores da América Latina e do Caribe, que possa servir como interlocutora ante os bancos, organismos financeiros internacionais e governos dos países credores”; 3) “luta pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional”, aprovada na ONU em 1975 (que elimine fenômenos de efeitos negativos para os países subdesenvolvidos, como o intercâmbio desigual, a ação descontrolada das empresas multinacionais, as manipulações monetárias e financeiras que estabelecem altas taxas de juros e propiciam a supervalorização do dólar, entre outros); 4) “luta pelo avanço em direção a formas de integração da América Latina e do Caribe, a serviço do desenvolvimento e da independência dos nossos países” (Cf. ATA DE HAVANA, Conferencia Sindical de los Trabajadores de América Latina y el Caribe sobre la Deuda Externa, 15-18 de julio de 1985).

No dialogo mantido com os delegados na seção de encerramento desta Conferência, Fidel Castro defendeu o “cancelamento da dívida”: “temos muito sinônimos (...) gosto de abolir, porque me lembra a abolição da escravidão, temos que fazer o mesmo com a dívida, já que ela nos escraviza. Apagar da memória (...) arquivar (...) há muitos bons sinônimos (...); e se não gostarem de nenhum, temos também outra forma muito clara e inteligível que é: não pagar”. No discurso de encerramento do Encontro sobre a Dívida Externa de agosto, Fidel declarou: “a dívida é um câncer que requer uma cirurgia (...) se deixarmos a metade deste tumor, um quinto ou mesmo um por cento deste tumor maligno, propiciamos a sua reprodução numa metástase. O imperialismo criou este câncer, e ele tem que ser extirpado totalmente. Tudo aquilo que se distancie desta idéia está se distanciando da realidade (...) nenhum paliativo poderá melhorar, a tendência é o mal se agravar”. O presidente cubano, observou que “a exploração é, hoje, maior do que nos tempos da Colônia”, pois no início da década de 80 a sangria de recursos da América Latina referentes a dívida era de US\$ 40 bilhões anuais – “hoje [em 1985] essa cifra já alcança os US\$ 90 bilhões anuais – o que corresponde a seis mil toneladas de ouro, enquanto a produção mundial não chega a mil toneladas ao ano”. Propôs então a criação de um “clube de devedores”, pois quando os “países credores estão fortemente unificados no FMI e no Clube de Paris (...) é necessário um consenso dos países devedores para não pagar a dívida”. Argumentou que quem está em débito são “os colonialistas, os saqueadores (...) é um crime usar este dinheiro para entregar aos que nos saqueiam a muitos séculos”. Lembra que o VI Encontro do Movimento dos Países não Alinhados reivindicou em 1979 uma ajuda de US\$ 300 bilhões, para conjurar a “crise econômica e social do mundo” e que “agora” (em 85), os imperialistas “nos exigem, que somente os países da América Latina, paguemos US\$ 400 bilhões em dez anos [na verdade era otimista, pois foram um trilhão de dólares de 1980 a 1999]. A decisão passou para as nossas mãos. Estamos em condições de declarar que não aceitamos esta espoliação (...) nem sequer poderiam nos ameaçar de suspender os empréstimos. Estes 400 bilhões que exigem que tiremos do nosso suor e do sacrifício dos povos latino-americanos, bem utilizados, poderiam financiar o desenvolvimento da América Latina nos próximos 10 anos. Cada país pode emprestar para si mesmo o que está pagando de juros”. Por fim, concluiu, propondo um mecanismo que não



quebraria o sistema financeiro internacional: “nós propomos que os países industrializados credores, possam e devam se fazer responsáveis pela dívida perante seus próprios bancos”. Ele argumenta que a dívida pública dos EUA levou 205 anos para chegar a cifra de um trilhão de dólares (de 1776 - quando a dívida com a Inglaterra foi anulada e considerada “odiosa”, por ter sido contraída em “condições de subordinação” - até 1981) e em 1985 já havia dobrado “ultrapassando o segundo trilhão”, mas o “crescimento da dívida pública não arruinou a economia nem impediu o crescimento” dos EUA, pois este país se beneficia da especulação financeira mundial, das remessas de lucros de suas multinacionais e outros investimentos diretos em ações e títulos, rendimentos provenientes de royalties, da imposição das regras do comércio e da manipulação dos juros e do dólar (convertido em moeda mundial sem lastro em ouro). [Hoje, apesar do superávit primário do orçamento público que passaram a ter nos últimos anos, a dívida pública americana em 28/11/2000, segundo o site oficial do governo, era de US\$ 5,7 trilhões, mais da metade do formidável PIB anual norte americano de US\$ 9 trilhões, 20% do valor da produção mundial bruta, estimada em torno de US\$ 45 trilhões. O déficit em conta corrente dos EUA atingem a taxa anual de 4% do seu PIB; no entanto, a hegemonia norteamericana no FMI e G-7 tem lhe permitido, até agora, impor um tipo de intervencionismo que transfere os custos e riscos imediatos para a periferia e para seus próprios credores líquidos da Europa e Japão]. Fidel argumentava que “uma porcentagem de 10 a 12% dos gastos militares” (os quais, consomem, em média, um trilhão de dólares ao ano) seriam suficientes para liquidar a dívida “utilizando bônus do tesouro com vencimento de até 30 anos”, sem “afetar em nada a economia do país”. Com “uma parte da redução dos gastos militares poderiam ser resolvidos os problemas da pobreza e do subdesenvolvimento que assolam o mundo” (Cf. Castro, Fidel – “Pagar Tributo al Imperio o Pagar Tributo a la Patria” – “Discurso en la Clausura del Encuentro Continental sobre la Deuda Externa” (18/07 e 3/08 de 1985), Ed. Obra Revolucionaria, 27, La Habana, 1987, trad. parcial da L&PM, Porto Alegre, 1986. Para as atualizações sobre a evolução da produção bruta, da dívida pública e do comércio internacional, Cf. FMI – Internacional Capital Markets, Washington, 1999 e Banco Mundial World Debt Tables, N.Y., vários anos).

Presente na mesma Conferência, Luiz Carlos Prestes lembrou, em seu discurso, que é necessário mostrar que o problema da dívida externa “se relaciona diretamente com a situação de crescente submissão do País ao capital estrangeiro, à crescente escravidão do povo às grandes potências imperialistas. Sua problemática é inseparável também do próprio regime capitalista, em que dominam como acontece hoje no Brasil, os monopólios nacionais e estrangeiros, muito especialmente as multinacionais, que são em nosso País, donas do dinheiro e do poder”. Depois de expor “os graves problemas econômicos e sociais decorrentes do capitalismo dependente”, o revolucionário brasileiro argumenta que estas misérias “não podem ser solucionadas enquanto durar o regime capitalista”: é necessário lutar “por outro regime social livre da exploração do homem pelo homem (...) lutar pela revolução socialista”. Mas ela “só poderá eclodir e ser vitoriosa quando existirem as condições objetivas e subjetivas suficientes. E tudo indica que em nosso Continente se crescem cada vez mais as condições objetivas, as subjetivas ainda se retardam”. É necessário criar as condições institucionais indispensáveis para o desenvolvimento de um forte movimento socialista de massas e “falta-nos ainda partidos revolucionários efetivamente ligados às grandes massas trabalhadoras e populares”. É no interior de uma estratégia socialista, como acúmulo de forças, diz Prestes, que “temos chamado os trabalhadores a lutar por medidas de emergência”, de caráter limitado “afirmando que é dever dos governantes tomar medidas que minorem os sofrimentos do povo”; “o camarada Fidel Castro, que se destaca pela sua grande confiança na força das massas trabalhadoras, agora nos chama a lutar pela mobilização das massas para pressionarem os governos da América Latina e do Caribe, a fim de que se unam e, juntos, neguem-se, em nome de seus povos, a pagar as enormes dívidas (...) e repudiem também as medidas draconianas impostas aos nossos povos por este sindicato do capital financeiro internacional que é o FMI. (...) Estamos assim de pleno



acordo com a proposta de ação de massas nos termos expressos na 'Ata de Havana'. (...) É com a combinação da luta pela democracia para as massas e contra o imperialismo, que continua sendo o inimigo principal de nossos povos, que se elevará o nível de consciência política". Partindo da luta contra o pagamento da dívida externa, "já impagável pelos nossos povos", conclui Prestes, "intensificaremos a luta contra o imperialismo e pela democracia em todo o Continente e haveremos de organizar as massas trabalhadoras e populares na grande força capaz de compelir seus governantes a vencer divergências entre eles e encontrarem o terreno comum que lhes dará forças para enfrentarem o imperialismo e resolverem de acordo com os interesses do povo a questão da dívida externa e abrirem caminho para a completa independência nacional e o progresso social" (Prestes, Luiz C. - "Discurso no Encontro sobre a Dívida Externa da América Latina e do Caribe", La Habana, 3/08/1985, In: A Dívida Externa e a Paz, R.J., 1985).

Castro comentou a intervenção de Prestes no encontro de setembro, com a juventude e os estudantes, refletindo sobre o fato de que hoje as condições objetivas para o socialismo avançavam mais rápido que as condições subjetivas: "Como disse um eminente comunista brasileiro, o companheiro Luiz Carlos Prestes, é de nós mesmos que dependerá a luta pelo socialismo, ninguém virá fazer para nós, nós temos que fazê-lo (...) desenvolver as condições subjetivas para construir o socialismo. (...) As massas ainda não estão conscientes do que é o imperialismo (...) mas esta dívida, o que estamos sofrendo, esta catástrofe, tudo isto é o imperialismo". Depois de argumentar que grande parte da dívida, além de já ter sido paga, era ilegítima por ter sido emprestada para ditaduras repressivas que usaram os fundos para propósitos corruptos e não para o bem comum e de ressaltar a importância da atuação dos jovens e dos universitários, no aproveitamento do "magnífico instrumento de educação" possibilitado pela oportunidade de ligar o esclarecimento dos problemas práticos do dia a dia das massas com a questão da dívida e do imperialismo, Fidel concentrou sua intervenção na exploração das possibilidades práticas da integração econômica e cultural da América Latina e Caribe e da solidariedade entre os povos: "Nós necessitamos construir uma comunidade, uma força econômica, o necessitamos politicamente também, mas é impossível o desenvolvimento, a sobrevivência econômica dos países latino-americanos sem a integração; (...) inclusive o Brasil necessita da integração da América Latina e necessita relações estreitas também com o Terceiro Mundo, porque é aí onde estão suas possibilidades de mercado e cooperação (...) capazes de proporcionar as bases para o verdadeiro desenvolvimento independente, o desenvolvimento não só econômico, mas também social, deste grande país" (Castro, Fidel - "La Hora Es de Acumulación de Fuerzas para la Liberación Nacional de Nuestros Pueblos" en la Clausura del Dialogo Estudiantil y Juvenil de América Latina y Caribe sobre la Deuda Externa, Ciudad de La Habana, 14 de septiembre de 1985, Ed. Obra Revolucionaria, 27, La Habana, 1987).

Apesar das dificuldades pelas quais vem passando a Revolução Cubana desde o colapso dos processos de transição socialista na URSS e leste europeu, os camaradas cubanos continuam buscando contribuir internacionalmente com a construção de um "programa mínimo de ação dos trabalhadores" de caráter anti-imperialista. Como não ignoram o caráter capitalista da ofensiva em curso e o caráter necessariamente socialista de soluções efetivas e duradouras para os graves problemas históricos contemporâneos, procuram articular o esforço para a formação de um Bloco Continental Anti-Imperialista com o fortalecimento político, ideológico e programático e a unidade das forças identificadas com o socialismo proletário (Cf. "Resolución sobre el Programa Mínimo de Acción de los Trabajadores frente a la Globalización Neoliberal", La Habana, agosto de 1997; e "Informe do Taller Internacional: El socialismo Hacia el Siglo XXI", La Habana, 21-23 de octubre, 1997.)

O IMPERIALISMO NEOCOLONIALISTA E OS CAPÍTULOS MAIS RECENTES DA SAGA DA DÍVIDA EXTERNA NO BRASIL



Para Prestes o que estava em jogo na questão da dívida externa era a sobrevivência dos países latino americanos como nações independentes, em formações sociais onde a burguesia perdeu todo o seu potencial reformista e capacidade de sustentar um projeto nacional democrático. Se no curso do desenvolvimento histórico o colonialismo inicial se transformou em “neocolonialismo liberal” sob hegemonia inglesa e depois cedeu lugar à dominação imperialista do planeta por alguns países, este padrão de dominação, por sua vez, metamorfoseou-se - depois de duas Guerras Mundiais e da crise estrutural iniciada nos anos 70 - na mais maléfica manifestação histórica do imperialismo, que é o imperialismo neocolonialista. Nos anos 80, sob a fachada ideológica de relações de mercado “neutras” e “naturais” (antecipando os mitos diversionistas da “globalização” e do “neoliberalismo”, em moda nos anos 90), encontramos o poder ativador do imperialismo material e cultural, com a agudização do imperativo de dominação estrutural antagônica definidora do sistema do capital, tanto no plano interno de cada formação social, quanto no plano internacional. Com a crise estrutural do capital a dominação externa assume a modalidade mais aguda de imperialismo total, radicalizando o caráter intrinsecamente antidemocrático, antinacional e anti-social da burguesia brasileira. Ao proletariado compete lutar com ardor para liderar todas as forças anti-imperialistas na construção de um projeto nacional-popular, que avance na superação das formas burguesas de opressão, buscando, neste processo, impor, de baixo para cima, soluções urgentes para a questão da dívida, pois ceder à nova ofensiva imperialista é ceder à barbarização sem precedente de nossa existência social, “ceder as medidas que o FMI está exigindo é matar o povo de fome (...) a fome é cada vez maior, a falta de trabalho é uma tragédia, chefes de família ficam sem trabalho de uma hora para outra é uma coisa dolorosa, os nordestinos estão comendo ratos (...)” (Prestes Hoje, Codecri, R.J., 1983, p. 27; v. tb. “Proposta para a discussão de um Programa de Soluções de Emergência Contra a Fome, a Carestia e o Desemprego”, pp. 77-95).

Certamente não havia exageros na apreciação de Prestes sobre a situação de “emergência” atingida pelas misérias brasileiras e ele já detectava a “agenda oculta” de Washington, voltada para assumir o controle do patrimônio público e recolonizar os países da América Latina. Ademais, como pode se chamar de independente um governo e um país que deve ir ao FMI todos os meses para discutir o que deve fazer em sua própria casa?

Nas duas últimas décadas a situação só se agravou. Os mecanismos da dívida externa, da “associação dependente” e da subordinação ao conjunto das estratégias da Nova Ordem Imperialista Neocolonialista, operam como uma transfusão de sangue as avessas, das nossas anêmicas economias para a obesa e inflada “financeirização” parasitária imperial; sugando as forças vitais da região (mergulhada na estagnação e na regressão) e aprofundando de modo dramático o desemprego estrutural, o desmonte dos direitos sociais, a redução de salários, a miséria e a fome das massas populares. No entanto - com raras e honrosas exceções, como a do governo revolucionário cubano - prevaleceu entre os governantes latino-americanos o hábito sabujo da submissão e da obediência servil. Eles sequer têm sido capazes de se reunirem para tratar da questão, preferindo continuar a fazer negociações diretas com o credor específico. A vocação servil chega ao ponto destes governos competirem entre si para, “mediante bom comportamento”, obterem míseras concessões dos credores na “rolagem da dívida”.

No entanto, tal atitude não se explica, apenas, pelo fato, já apontado, de que a “incorporação dependente” tenha enriquecido não só às grandes burguesias imperialistas, mas também às burguesias nativas, sócias menores do butim. É no quadro de ofensiva do imperialismo norte-americano dos últimos 20 anos (em resposta à crise estrutural do capitalismo), o qual avança no sentido de impor uma devastadora reversão neocolonial do desenvolvimento capitalista dependente nos países da América Latina, que se encontram as causas essenciais da impotência das burguesias nativas para negociar os termos de sua inserção na economia mundial. As novas imposições ultra-regressivas do imperialismo tendem a desarticular os sistemas produtivos nacionais, acelerar a desnacionalização das economias e



desmantelar os centros internos de decisão. No novo contexto histórico, a própria burguesia brasileira está sendo transformada, com rapidez impressionante, de sócia dependente (mas relativamente privilegiada) em mera intermediária comercial do capital financeiro internacional. Não se mata fome de leão com alface. A agenda do “Consenso de Washington”, a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) já em 2005 (ou mesmo antes) e a plataforma do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que as autoridades do Império hegemônico estão impondo, significa a plena transformação das burguesias dependentes (que buscavam uma industrialização subdesenvolvida e “associada”, num espaço econômico nacional) em burguesias compradoras (com seus interesses limitados a um simples entreposto de “negócios da China”, num mero espaço mercantil). Aceitar estas imposições significará aceitar a recolonização; significará perder o controle de nosso território nacional, do dinheiro público (da própria existência de uma moeda nacional) e da possibilidade de regulação futura do nosso espaço econômico regional e continental.

Entre as questões mais importantes da época atual está a de atualizar a caracterização e a crítica, a mais ampla e compreensiva possível, do curso do imperialismo nesta virada de milênio. “Fenômeno em pleno desenvolvimento” e expressão do “capitalismo agonizante”, como dizia Lênin, o imperialismo atinge hoje um grau de parasitismo sem precedentes e manifesta, de modo mais agudo do que nunca, o dilema real, que já trazia quando levou às duas guerras mundiais: a agonia do capitalismo pode tornar-se a agonia da humanidade como tal, se esta sofrer uma prolongada incapacidade histórica de superar um sistema que há muito já deu tudo o que tinha que dar de positivo. Os novos aspectos e determinações essenciais constitutivos da nova ofensiva do imperialismo neste final de século formam um complexo problemático intrincado. Há múltiplas e complexas determinações, relacionadas com a profunda intensificação da concentração e centralização internacional de capital, à dependência estrutural e o intercâmbio desigual, ao cerco aos processos revolucionários (tema que inclui a análise das causas e conseqüências da desintegração da URSS) e ao reforço da hegemonia norte-americana, à economia armamentista e destrutiva permanente, ao aumento da intervenção coercitiva e direta do Estado burguês e suas instituições “multilaterais” na economia, às tendências a transformar a dependência e o subdesenvolvimento crônico dos países subjugados em regressão neocolonial, à escalada intervencionista norte-americana, ao aumento das tensões inter-imperialistas, etc.

Obviamente, é impossível analisar estes complexos problemáticos nos limites deste artigo (mesmo numa perspectiva panorâmica e introdutória), ainda que seja fundamental apontar que a manifestação atual de todos estes fenômenos tem por base a crise estrutural do domínio do capital, com a agudização sem precedentes das contradições básicas do capital (entre produção e consumo, produção e controle e produção e circulação), que se exacerbou nos anos 80 e 90, manifestas numa brutal queda da taxa de lucros, das taxas anuais de crescimento econômico e das taxas de investimento, acompanhada pela queda de crescimento da produtividade (Cf. Mészáros, István - Beyond Capital, Merlin Press, London, 1995, esp. pp. 30-71 e 952-964). A crise do capital e a ofensiva imperialista produzem resultados crescentemente desumanos: as intervenções hegemônicas pelo Estado norte-americano na década de 90 – na África, no Oriente Médio, na própria Europa (Iugoslávia) – e a preparação de uma invasão da Colômbia. Na agressão militar que se prepara como o chamado “Plano Colômbia”, se anuncia a utilização de “fungos destruidores de florestas”, para que a aviação imperialista não tenha dificuldade de atingir a “indiarada”, nem precise arriscar a “raça superior” ianque, que vai despejar suas bombas a bordo de “aviões invisíveis” a dez mil metros de altura. São estas algumas das manifestações concretas do caráter belicista do imperialismo atual, que não se limita à “guerras tradicionais” para colonizar e reprimir, mas recorre à “guerra biológica”, à guerra química e à ameaça de guerra nuclear, contra os “inimigos” que um sistema irracional tem de inventar para tentar “perpetuar-se”. O novo governo norte-americano, furto de



escandalosa fraude eleitoral, promete retomar a “corrida armamentista” (contra quem?) e ressuscitar o projeto “Guerra nas Estrelas” de Reagan (com o exclusivo objetivo de repassar fundos públicos para as grandes empresas que formam o complexo militar-industrial, pois os EUA já dispõe de um arsenal atômico capaz de destruir o planeta várias vezes). A fome e a miséria causadas pela superprodução e super-acumulação de capital assumem proporções inéditas. O Relatório do BIRD, ano 2000, estima que dos 6,1 bilhões de pessoas que forma a atual população mundial, 2, 8 bilhões, quase a metade, sobrevivem com uma renda inferior a dois dólares por dia e 1, 3 bilhões, contam com menos de um dólar por dia. Segundo estatísticas da UNESCO, a cada ano, 18 a 20 milhões de crianças estão morrendo de fome ou de doenças curáveis; o que significa, a cada quatro anos, um total de mortes de crianças igual ao total de mortos da Segunda Guerra Mundial. Se difundem epidemias tipicamente ligadas a miséria – como a cólera e a tuberculose, que se presumia erradicadas; sem falar na difusão massiva da AIDS, do vírus da ebola, igualmente relacionadas com a pobreza, deficiências em educação, higiene, etc. Se agrava a destruição do meio ambiente necessário à vida humana, tipificados pelo efeito estufa e pelo buraco na camada de ozônio, destruição de florestas e desertificação, etc. Não é, portanto, “catastrofismo” dizer que a crise do capital ameaça a própria sobrevivência física da humanidade.

Neste espaço, nos limitaremos a apresentar algumas notas históricas e teóricas, para criticar algumas das confusões mais perigosas e difundidas, como contribuição a uma discussão de temas mais diretamente ligados à saga da dívida externa brasileira, para evitar que prevaleçam as ilusões reformistas, as táticas conciliadoras e o “cretinismo eleitoreiro”, que bloqueiam a necessária lucidez, imaginação e audácia da esquerda para organizar uma ruptura radical com a dominação do imperialismo e dos monopólios e construir uma alternativa socialista.

O projeto de Geisel de desenvolvimento do “Brasil potência” através de um arremedo de “capitalismo monopolista de Estado”, fracassou sobre o peso das suas próprias impossibilidades estruturais para conduzir a um crescimento autosustentado de base nacional, através do tripé que associava de modo promíscuo o Estado, a burguesia nativa e capital financeiro internacional, que nos levaria ao desastre da “ciranda financeira” e ao colapso final com a crise da dívida externa e o encilhamento das finanças públicas de 1980/82. O governo Figueiredo foi pura crise, mas o movimento proletário, popular e democrático não conseguiu transformar a “liberalização outorgada” do regime, num processo de destruição da autocracia burguesa e superação da “ordem” dominada pelos monopólios”.

Durante o governo Sarney, Prestes declarou que respeitava Celso Furtado e outros economistas progressistas da equipe do ministro Dilson Funaro (muitos deles discípulos da professora Maria Conceição Tavares) que elaboraram o “Plano Cruzado” (1986), mas que o “plano” (em si superficial e conservador, pois, além de basear-se num aprofundamento do arrocho salarial, não atacava a dependência e as causas estruturais da miséria das massas, do desemprego e das oscilações entre recessão e inflação) seria usado como instrumento de manipulação para reciclar o poder do grande capital; seus ambíguos projetos de “reforma do modelo de desenvolvimento brasileiro” e de “retomada da substituição de exportações e do crescimento sem recessão e desemprego” não tinham a menor chance de sucesso nos marcos da coalizão conservadora profundamente anti-popular que sustentava a chamada “transição democrática”, através da “conciliação pelo alto”. Esta não era uma “transição”, mas uma transação entre as elites das classes dominantes que realizava o cronograma da ditadura militar, a serviço dos monopólios e do imperialismo, de continuar a contra-revolução por novos meios, dando continuidade a “transição lenta, gradual e segura” iniciada com a “política de distensão” de Geisel e ampliada pela “política de abertura” de Figueiredo, sob a crescente pressão do protesto proletário, do descontentamento popular e dos desgastes na própria base burguesa da ditadura.



A “moratória parcial” de Sarney em 1987 (limitando os pagamentos a 30% do total do serviço), foi consequência da “quebra de caixa”; os amplos superávites comerciais não eram suficientes para cobrir o serviço da dívida e Funaro não teve coragem de ir a moratória senão quando se esgotaram totalmente as reservas. Mas o governo Sarney não questionava o papel e a legitimidade do FMI e demais instituições a serviço dos credores. Longe de vincular-se a qualquer projeto nacional de superação da dependência, fazia a ponte (através do “Plano Bresser” e do “Plano Verão de 1989”) para a retomada dos pagamentos externos com encurtamento dos prazos, negociada por Maílson da Nóbrega, através da plena submissão ao FMI. Esta era também a “agenda oculta” do Plano Collor, que (sob o pretexto de controlar a inflação) cortou gastos públicos e salários e vendeu estatais para liberar o dinheiro necessário para o pagamento do serviço das dívidas interna e externa. Durante todo o período, Prestes insistiu na lúcida análise de só com uma radical transformação do poder político com novas bases sociais seria possível deflagrar transformações que permitissem um novo projeto de desenvolvimento nacional (capaz de dar um enfrentamento de conjunto ao problema da dívida externa e das novas formas de opressão imperialista), voltado para a elevação da qualidade de vida das massas, com soluções imediatas e sustentáveis para os problemas da miséria, da fome, do desemprego (e, na época, da carestia de vida, ligada à inflação).

Apesar do governo Collor cumprir todos as condições impostas pelo FMI e direcionar 65% do Orçamento para o pagamento da dívida, o Brasil continuou na “lista negra” da instituição, sem novos empréstimos, até que fosse nomeada, em maio-junho de 1991, uma equipe econômica, totalmente afinada com o “Consenso de Washington”, com Jorge Bornhausen como uma espécie de primeiro-ministro, Márcilio Marques Moreira como Ministro da Economia e das Finanças e Pedro Malan como Negociador da Dívida. O governo Collor se comprometeu a promover emendas na Constituição de 1988, de modo a eliminar os bloqueios constitucionais à demissão em massa de servidores públicos, ao desmonte da previdência social, à desresponsabilização do governo federal com certas regras de financiamento de programas sociais e à privatização de empresas estatais de setores estratégicos da economia. Assim poderia redirecionar receitas e gerar recursos para pagar o serviço da dívida. No final de 1991 o Brasil assinou uma nova Carta Intenções com o FMI. Em janeiro de 1992 foram liberados US\$ 2 bilhões em troca do comprometimento do governo de realizar, num período de vinte meses, um aperto orçamentário brutal, a promoção das reformas constitucionais e privatizações necessárias ao novo padrão imposto para o pagamentos do serviço da dívida.

Com o impeachment de Collor e a posse de Itamar Franco - que assumiu prometendo aumentar salários, reduzir tarifas públicas e modificar o programa de privatizações - o FMI decidiu adotar uma posição ainda mais rígida. Sob o pretexto de que as “metas trimestrais” previstas no Acordo de 1991 não tinham sido atingidas (nem poderiam ser, sem emendas na Constituição), decidiu suspender o empréstimo previsto. O Brasil voltou para a “lista negra” do FMI. Três ministros da Fazenda foram nomeados nos primeiros sete meses do governo Itamar Franco e hostilizados pelo FMI; até que em julho de 1993 Itamar praticamente abdicou de exercer qualquer poder político real e encarregou seu novo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, de conduzir todas as “reformas econômicas” exigidas pelo FMI.

Totalmente identificado com as diretrizes do “Consenso de Washington”, FHC conseguiu que o legislativo aprovasse: reformas fiscais e um plano de desindexação salarial (com uma superdose de arrocho para “conter a demanda”) segundo o receituário da “estabilização macroeconômica” do FMI; a aceleração do programa de privatizações; quase todas as reformas constitucionais exigidas e um corte no orçamento para investimentos públicos de 43% (que também exigiu uma emenda constitucional), liberando US\$ 12 bilhões para o pagamento da dívida. Com os cortes orçamentários, a receita das privatizações, a demissão de funcionários públicos, a destruição ou privatização de programas sociais conseguiu fazer saltar a receitas direcionadas para o pagamento o serviço da dívida de US\$ 15,9 bilhões em 1992 para US\$ 56,7



bilhões em 1994, segundo o acordo que reescalou os pagamentos nos termos do Plano Brady. Além disso, prometeu fazer aprovar uma “Lei de Patentes” segundo as exigências dos Estados imperialistas e das multinacionais, fazer aprovar emendas que permitissem a privatização da Vale do Rio Doce, Telebras, Petrobras, Eletrobras e Banco do Brasil, avançar na dolarização da economia (com conseqüências nefastas do aumento do déficit global da balança comercial brasileira, em particular no comércio com os EUA, que levou ao colapso cambial de fevereiro de 1998), aprofundar a abertura comercial e financeira e a “desregulamentação da economia” e outras concessões (antecipando o que seria objeto de negociações sobre capitais no AMI e na instauração do ALCA). FHC conseguiu também que o Congresso Nacional aprovasse um Fundo Social de Emergência (FSE), que marcou a completa eliminação da soberania nacional no campo das políticas sociais. As “condicionalidades” para a assinatura do acordo com o FMI manifestam sua natureza numa deliberada política de ruína e destruição do sistema nacional de saúde, educação e pesquisa pública, de desmantelamento dos programas sociais do Estado e de gradual extinção de parte da Previdência Social. A privatização destas esferas transformou a mercantilização da educação, saúde, previdência e demais serviços de bem-estar e de fomento científico e cultural num novo ramo dos “grandes negócios”, com faturamento anual de bilhões de dólares; ou substituiu direitos por “caridade”, através de “projetos de auto-ajuda” geridos por ONGs apoiadas por “doadores externos” ligados ao grande capital, que “administram a pobreza” no âmbito “micro-social”, a um custo mínimo para a burguesia e os credores do Estado.

A “Campanha da Cidadania contra a Fome e a Miséria”, foi concebida como um grande empreendimento de “engenharia social”, envolvendo a cooperação do governo Itamar Franco e seu “cônsul plenipotenciário” FHC com os principais partidos de oposição (inclusive o PT), com o apoio da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford (que patrocinava o IBASE, dirigido por Herbert de Souza, o “Betinho”, principal liderança da campanha), do magnata Roberto Marinho (que apresentou comerciais hollywoodianos gratuitos da campanha durante o horário nobre da Rede Globo) e do Banco do Brasil (que organizou os comitês de campanha locais por todo o país, mais de 2/3 dos quais sob controle de funcionários seus). A “Campanha” ofereceu um suporte ideológico para o discurso demagógico de Itamar Franco e serviu para o útil propósito de desviar a atenção das questões políticas reais, desvinculando a aplicação do “remédio econômico” do FMI de suas conseqüências para o aprofundamento da crise econômica e agravamento da fome e da miséria das massas, a expulsão dos camponeses sem terra do interior e a crise agrária generalizada que penalizava sobretudo os pequenos produtores, o surgimento de uma nova pobreza urbana (socialmente distinta dos antigos marginalizados das favelas e moradores de rua), mergulhando milhares de trabalhadores assalariados numa rápida pauperização, na insegurança do desemprego (ou do emprego informal e/ou precário), despejados de suas antigas residências e confinados em cortiços, favelas, ou mesmo transformados em “sem-tetos”. Além de mascarar as causas da degradação coletiva - escondendo as responsabilidades do governo, do imperialismo e das elites das classes dominantes internas - a “Campanha”, através dos burocratas do IPEA, manipulou de modo grosseiro e deliberado, os “indicadores de pobreza”. Estipulando arbitrariamente como “pobres” aqueles que vivem com uma renda inferior à 30 dólares por mês, suas “estimativa” sugeriam que apenas 21% da população brasileira estava na condição de “miseráveis”, abaixo da linha de “pobreza crítica”. Numa falsificação ridícula e cínica, usando dois pesos e duas medidas, as elites brasileiras se ufanaram de que o suposto número de pobres do Brasil, 32 milhões de pessoas era menor que os 35,7 milhões de pobres dos EUA (definidos segundo os critérios do governo norte-americano, como as pessoas com renda mensal inferior à 300 dólares). Tentavam, assim, negar o fato óbvio de que, desde o início do governo Collor e dos “ajustes estruturais” do FMI, além do visível aumento da marginalização social absoluta e do desemprego, a quase totalidade do proletariado empobreceu, inclusive os trabalhadores que se consideravam “de classe média”, assim como a imensa maioria das classes médias tradicionais e da pequena burguesia urbana e rural. Segundo



o IBGE, 80% da força de trabalho ganhava menos de US\$ 300 entre 91 e 94. Hoje, segundo o relatório do Banco Mundial de maio de 2000, 56 milhões de brasileiros sobrevivem com uma renda diária inferior a 2 dólares; 2/3 da população, 116 milhões de pessoas, tem uma renda mensal inferior à 300 dólares. No seu vocabulário - tipicamente orientado para esconder a existência das classes, as contradições de classe e abolir as categorias “proletariado” e “classe operária” do léxico das ciências sociais os tecnocratas do BIRD estimam que há 2 milhões de ricos no Brasil e todo o resto, acima dos “pobres”, são os 50 milhões de pessoas que compõem o que eles chamam de “classe média” (quer sejam pequenos comerciantes, “micro-empresários”, pequenos e médios proprietários rurais, ou advogados e médicos mais abastados que ainda trabalham como “profissionais liberais”, quer se trate de trabalhadores assalariados da indústria ou dos serviços).

Ainda que voltados para confundir a real polarização da sociedade entre burguesia e proletariado, por um lado, e proletariado, camponeses e camadas médias baixas, por outro; estes dados não conseguem ocultar a extrema desigualdade existente. Os números não melhoraram nos últimos anos, pois os “ajustes” preconizados pelo FMI postos em prática pelo governo de FHC (diretamente controlado pelos credores, especuladores e multinacionais), provocaram o esgaçamento das desigualdades sociais: a hiper-concentração de riqueza e poder, o empobrecimento da imensa maioria da população, a duplicação do desemprego aberto (que atinge, em julho de 2000, segundo o DIEESE, 16 milhões de trabalhadores), o trabalho informal virando regra (segundo dados do Ministério do Trabalho, publicados em junho de 1997, 54% da PEA trabalha sem carteira assinada e, portanto, à margem da rede de proteção salarial e das garantias da legislação trabalhista).

Este quadro é o efeito da desconstrução do país (tanto na economia como nos cortes em escala sempre crescente em todas as esferas dos direitos sociais e serviços de bem-estar): dilapidação do patrimônio nacional (repassando-o ao controle estrangeiro a preço de banana, em operações de privatização financiadas com recursos do estatal BNDES), desmantelamento da infra-estrutura estratégica (energia, telecomunicações, transportes), desestruturação do sistema produtivo nacional e desnacionalização de quase todo o sistema bancário (com a venda do BANESPA sobram apenas 3 grandes bancos privado e 2 públicos). Na verdade, o Brasil nunca teve um efetivo “capital financeiro” e nunca teve “multinacionais”. Mas tínhamos três grandes empresas estatais com presença internacional forte, com capacidade de grandes operadores públicos nos mercados mais importantes da atualidade (o de câmbio, o de capitais e o tecnológico). A Vale do Rio Doce e a Telebrás foram vendidas a preço vil e a Petrobrás está sendo esquartejada, sobre o falso pretexto de abater a dívida pública. No “negócio da China” (hoje melhor dizer “negócio do Brasil”), das privatizações, ficamos sem o patrimônio e sem a possibilidade de articular uma política industrial coerente, segundo os interesses nacionais; os serviços ficaram mais caros e pioraram de qualidade e, além de tudo isto, estas tenebrosas transações ainda aumentaram a dívida interna e externa do país (Cf. Biondi, Aloysio – O Brasil Privatizado, I e II, Ed. Perseu Abramo, S.P., 1999 e 2000).

Como previa José Luiz Fiori, no calor da hora da campanha presidencial de 94, FHC aplicou de modo ortodoxo as diretrizes do Washington Consensus: mais exato do que dizer que o Plano Real foi concebido para eleger FHC, é compreender que a candidatura FHC é que foi concebida para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação ao programa de estabilização do FMI (Cf. Fiori, J.L. – “Os Moedeiros Falsos”, Folha de São Paulo, 03/06/1994, suplemento Mais!; V. tb. “Plano FHC e Consenso de Washington: a Estratégia Neo-Conservadora para o Brasil”, In: Jornal Avançando, nº 3, junho de 1994).

Hoje falta muito pouca coisa importante para privatizar. A privatização da coisa pública é acompanhada pela sua financeirização como parte da tendência desumana do decadente projeto hegemônico de mercantilizar todas as relações sociais: os direitos são substituídos pelo poder de compra no mercado, os seres humanos pelos consumidores, a livre informação pela propaganda



manipulatória mercantil, os debates políticos pelas campanhas de “marketing”, a soberania nacional pelo capital financeiro e os fluxos especulativos desregulamentados, a soberania democrático-popular pela “opinião pública” fabricada pela mídia financiada pelo grande capital. As manobras que se objetivaram na “reeleição” de FHC em 1997, foram concebidas para dar viabilidade política ao resto das imposições regressivas, postas pela ofensiva do imperialismo neocolonialista. Longe de ser anti-estatista, a grande burguesia financeira multinacional exige um Estado ativo, mas um Estado que desmonte e reduza ao mínimo a rede de direitos e serviços sociais em favor do máximo de recursos e de atendimento dos interesses dos monopólios. Há uma política deliberada de redistribuição maciça de patrimônio e riqueza para cima e para fora, promovida pelo Estado burguês brasileiro. Cumprindo “religiosamente” as políticas de “ajuste estrutural”, além de disponibilizar a propriedade pública nacional para a privatização, o Estado persegue políticas de arrocho salarial, cortes nos orçamentos para investimentos sociais e em infra-estrutura (a situação do setor de energia elétrica, quase todo privatizado, é crítica), perdão da dívida e baixos impostos para os latifundiários, apoio com isenção fiscal e subsídios públicos para as multinacionais e os bancos privados. O capital financeiro internacional e os bancos nativos, que foram os principais financiadores da campanha de FHC, já vinham sendo beneficiados pelo PROER, que gastou dezenas de bilhões para socorrer três ou quatro famílias de banqueiros e garantir a impunidade de administradores governistas corruptos que espoliaram os bancos públicos. Hoje articulam a ampliação da “assistência econômica” do governo, no sentido de que se continue priorizando, num jogo promíscuo e criminoso de troca de favores, os interesses da fração mais parasitária do capitalismo (aquela que restringe os investimentos produtivos e de consumo popular, mas vive das mais elevadas taxas de juros reais do mundo, oferecidas pelos papéis do governo brasileiro). O único compromisso indiscutível do atual governo é continuar pagando o serviço da dívida, objetivo ao qual subordina todo o resto. O círculo vicioso da dívida e da total dependência do governo frente ao grande capital que o financia (e seu explícito compromisso de atender seus interesses), o torna cúmplice e fantoche da continuidade da ofensiva imperialista nas questões do AMI, da ALCA, da “internacionalização” da Amazônia, etc.

PROGRAMA MÍNIMO DE EMERGÊNCIA E TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

A simples acusação aos governos pró-imperialistas (“fora Sarney, Collor, FHC, etc.”) e à burocracia do FMI e outras “instituições multilaterais” sediadas em Washington, não basta para constituir a base do necessário movimento prático revolucionário capaz dar uma solução à questão nacional. Os monopólios, as corporações multinacionais, os bancos e consórcios de bancos devem ser colocados na mira, assim como seus aliados latifundiários. É necessário articular o proletariado e as demais forças sociais, para travar uma luta organizada solidariamente nos âmbitos nacionais e internacional, que tenha por alvo liquidar as próprias raízes da supremacia social e da dominação política dos vários interesses reacionários, que se alimentam dessa destrutiva ordem econômico-social. É através da luta pela democracia - econômica, política e social - a mais completa para as grandes massas operárias e populares, que será possível conquistar o poder para o bloco de forças anti-monopolistas, anti-imperialistas e anti-latifundiárias, capaz de dar uma resolução democrático-socialista à questão nacional.

Trata-se de lutar por formas cada vez mais avançadas de democracia. O que passa pela destruição do poder político autocrático dos monopólios, pela conquista do poder político pelo bloco de forças sociais revolucionárias interessadas em realizar as profundas transformações anti-capitalistas, que, sob a direção do proletariado, abrirá caminho para a mais avançada democracia, que é a democracia socialista, possibilitando a superação do capital e a reorganização socialista da produção e da sociedade como um todo. Para tanto é necessário construirmos programas e instituições de luta adequadas, de modo a transformar a correlação



de forças, elaborar um projeto nacional com base em outro conjunto de objetivos e valores (hierarquizados a partir das necessidades das massas populares) e construir um poder político revolucionário que possa tirar nosso país do sistema capitalista mundial, no qual dominam os monopólios imperialistas e as relações sociais são de dependência e submissão crescente ao poder do grande capital.

Existe uma relação interna necessária entre a o caráter da estrutura de qualquer instituição e a questão dos objetivos, programas e conteúdos das atividades destas instituições. No Brasil, estão para ser criadas as instituições adequadas para organizar e conduzir o processo revolucionário: o partido proletário revolucionário, uma central sindical de massas classista (não corporativa e baseada numa democracia construída pela base) e os conselhos proletários e populares (como órgãos de poder político e democracia direta proletária e popular, embriões de “autogoverno das massas” e “autogestão dos produtores”). A relação entre partido proletário de vanguarda e a auto-organização das massas em sindicatos e, sobretudo, em “conselhos populares”, “conselhos de trabalhadores”, “comitês de massa” e outros órgãos de democracia direta (surgidos da luta do proletariado moderno, como a forma clássica de auto-organização proletária e popular), é um dos problemas mais complexos do marxismo, e nunca foi tratado de forma sistemática (embora existam já os germens de um teoria sistemática em trabalhos escritos no calor da hora das grandes polêmicas do movimento socialista, nas obras de Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburg, Gramsci, Lukács, Che Guevara e de outros grandes revolucionários da nossa época; a sistematização e desenvolvimento deste legado teórico inclui, também, o necessário confronto crítico com as contribuições contraditórias e ambíguas, mas influentes, de Max Adler e Pannekoek, o primeiro “à direita” e o segundo na “extrema esquerda” da tradição marxista). Diante de questão tão ampla e complexa, o assunto exigiria um espaço maior do que é possível neste artigo para que possa atingir qualquer objetivo útil, enquanto subsídio para a elaboração de um roteiro de temas e questões que possam contribuir para recolocar este importante debate nas condições brasileiras atuais. Discutiremos nos próximos números da Voz Operária Debate e Construção alguns aspectos do complexo problemático colocado pelas necessárias relações dialéticas entre conselhos, partidos proletários e outras organizações operárias e populares; em particular, sobre o tema das funções e estruturas dos conselhos e de sua atualidade nas condições de luta de classes deste início do século XXI, no Brasil e na América Latina.

Aqui vamos procurar aportar alguns elementos para o debate sobre a questão da ligação entre a campanha contra o pagamento da dívida, os eixos de um programa mínimo de emergência (capaz de politizar os movimentos sociais em luta contra a dominação do grande capital) e a construção de um poder revolucionário que abra caminho para o socialismo.

A Campanha Contra o Pagamento da Dívida Pública Externa e Interna mostrou que é possível combinar mobilização de massas e debate programático. A Campanha favorece o desnudamento de três características essenciais da presente realidade brasileira: a dependência ao imperialismo, a hiper-concentração de renda e propriedade e a “democracia” restrita de um Estado que organiza politicamente o bloco de poder hegemônico pelo grande capital e o imperialismo. Por isto, os credores assustados ameaçam retaliações e pedem medidas contra a “propaganda da quebra de contrato”; FHC estigmatiza de modo grosseiro os promotores do Plebiscito como “caloteiros”; Malan afirma que “não são questões sujeitas ao debate político-ideológico” (e portanto devem ser tratadas como inconcebível e criminoso traição) “a ruptura com nossos compromissos internacionais” (a dependência externa e os acordos que levam à regressão neocolonial) e a falta de compromisso com “o controle do déficit público e a defesa da ordem econômica” (criminalizando uma política de intervenção do Estado na economia voltada para a promoção dos direitos e do bem-estar social e para a transformação das relações de propriedade e redistribuição real da riqueza). Mas, queiram eles ou não, a Campanha Contra o Pagamento da Dívida prosseguirá, através de diversas mobilizações nacionais e internacionais,



já neste primeiro semestre de 2001: combate à “Lei de Responsabilidade Fiscal” (que força os governos municipais e estaduais a cortar gastos sociais, privatizar, contrair novos empréstimos e até demitir funcionários para garantir o pagamento em dia da dívida pública como prioridade absoluta); mobilização pela aprovação de Decreto Lei que (já apresentado pelo PT, a pedido da Coordenação do Plebiscito) estabelece a convocação de um Referendo sobre os acordos com o FMI e sobre a auditoria da dívida. Devemos desenvolver todos os esforços necessários para organizar massivas manifestações no Dia Mundial de Ação Contra a Dívida (marcado da 20 de junho deste ano). Este dia de luta pode marcar a articulação de um impulso mais vigoroso na luta pela convocação do “Referendo”, que teria o caráter de um plebiscito com força de lei, o que nos permitiria conquistar a anulação legal da dívida. Para viabilizar este “Referendo” e ganhar o plebiscito devemos multiplicar os canais de debate e esclarecimento popular: provar que a dívida já foi paga várias vezes e que “caloteiros” são os governos pró-imperialistas, que “quebraram o contrato” dos direitos sociais e trabalhistas garantidos pela Constituição; assim como o governo do Estado imperial, que “quebrou o contrato” de Bretton Woods, declarou unilateralmente a inconversibilidade do dólar ao ouro, no início dos anos 70 e, não satisfeito, majorou unilateralmente os juros, no final da mesma década. Por outro lado, é necessário a clareza de que não é possível transformações econômicas e sociais profundas sem anular certos “contratos” e leis, que garantem a opressão e a exploração das massas trabalhadoras em benefício exclusivo de uma pequena minoria de privilegiados.

Nestas mobilizações será possível mostrar ao povo as conseqüências dramáticas do crescimento da desigualdade social, da degradação coletiva, da fome, da pobreza, do desemprego, das doenças, da violência, da desesperança, que decorrerá necessariamente da continuidade do pagamento da dívida, assim como explicar as ameaças aterrorizantes para a sobrevivência da humanidade causadas pelo aprofundamento da crise estrutural, crônica e sistêmica do domínio do capital e do imperialismo. O “capitalismo humanitário” e a “ação das ONGs em defesa da qualidade de vida” não passam miragens ideológicas difundidas pelo Fundo Monetário e outras instituições e elites orgânicas do capitalismo monopolista e do imperialismo, que são os maiores coveiros da qualidade de vida e os maiores entraves à constituição de uma efetiva sociedade humana. Como pensava Hegel “o mais alto amadurecimento ou estágio que qualquer coisa pode atingir é aquele no qual começa a perecer” (Hegel, G. W. F. - Ciencia de la Logica, Solar/Hachete, Buenos Aires, 1968 [Nuremberg, 1812], p.540).

A dominação do capital e o imperialismo já atingiram seu auge e entraram em decadência. Mas a agonia é uma situação trágica e contraditória: não se pode esperar que os grandes capitalistas aceitem o declínio e o colapso passivamente. O capitalismo não desaparecerá espontaneamente: responde a esta crise através de políticas neoconservadoras e pseudo “liberais”, que, do ponto de vista macroeconômico, mostraram-se contraproduzidas e irracionais; e, do ponto de vista macrossocial, são indefensáveis e odiosas. Além disso, embora os neoconservadores aleguem patrocinar os “direitos humanos”, na realidade, dada as inevitáveis reações de massa contra suas políticas anti-sociais, seus governos evoluem numa direção autocrática e proto-fascista. Atacam e minam cada vez mais as liberdades democráticas: de organização classista (sindical, partidária e de autogoverno), de greve, de manifestação política, de imprensa, de ir e vir. Criminalizam as lutas das massas: reprimem e assassinam militantes dos movimentos dos sem-terra e sem-teto, trabalhadores em luta por seus interesses imediatos e históricos, defensores dos direitos dos pobres e lutadores do povo em geral. Transformar esta crise do capital em sua “crise final”, dependerá da habilidade do movimento revolucionário, hegemônico pelo proletariado, se reorientar radicalmente para ganhar o apoio majoritário das amplas massas (que sofrem a opressão do capital ou que tem contradições com o imperialismo e o latifúndio) para um projeto socialista, democrático-popular e anti-imperialista de solução de nossos problemas históricos.



Na grave situação histórica em que vivemos, em que a campanha internacional pelo não pagamento das dívidas públicas ganha um novo impulso, mais do que nunca, é necessário dar a esta campanha um caráter de massas e também tratá-la como a ponta do iceberg a partir do qual se possa denunciar e combater o conjunto da ordem autocrática do domínio do imperialismo, dos monopólios e do latifúndio. É necessário lutar para criar uma ampla e clara consciência sobre a necessidade de vincular a campanha contra a dívida ao combate ao imperialismo e ao poder do grande capital e à construção de um movimento programático pela erradicação da miséria e da fome, pelo fim do desemprego e redução da jornada de trabalho, pela reforma agrária e pela reconstrução da nação a partir das necessidades dos trabalhadores e das massas oprimidas.

Existe hoje uma crise revolucionária no norte da América do Sul, mas esta situação ainda não está configurada no Brasil. A revolução não pode se realizar quando se quer. Se “ela só pode eclodir e ser vitoriosa” quando estiverem reunidas as condições objetivas (crise profunda posta pelo movimento objetivo das cadeias causais, determinações e imperativos materiais da estrutura antagônica do capital) e toda uma série de condições subjetivas; continua hoje verdadeira para nosso país a análise de que, mesmo com o amadurecimento cada vez maior das condições objetivas da revolução (inerentes ao aprofundamento mundial da crise estrutural do capital, especialmente perverso e agudo na periferia do sistema capitalista) “as subjetivas ainda se retardam” (condições que devem ser pensadas não como uma subjetividade abstrata, mas como consciência de classe e intencionalidade revolucionária objetivada em “força material” politicamente organizada). Permanece a situação de inexistência de um partido revolucionário com efetiva ligação com as massas e, conseqüentemente, estamos longe também da indispensável organização e unidade revolucionária da imensa maioria do proletariado e das classes populares. Os pequenos grupos e organizações revolucionárias (mesmo quando escapam do isolamento sectário e mostram-se capazes de contribuir para a renovação do marxismo, a disseminação das idéias socialistas e para o avanço das lutas existentes) crescem muito lentamente.

O problema é complexo e não se limita à “questão do partido” (se esta for pensada abstratamente), pois envolve uma transformação da totalidade da estrutura prático-intitucional do movimento operário e popular, adequando-o à atual necessidade e possibilidade objetiva de uma ofensiva socialista. A tarefa dos revolucionários marxistas é realizar a propaganda revolucionária e a preparação da revolução, mesmo nas fases em que não há crises revolucionárias. Esta propaganda e preparação é prático-teórica. Deve estar ligada desde o início aos objetivos estratégicos capazes de resolver os grandes dilemas e problemas históricos contemporâneos e exige a criação das mediações materiais organizativas, programáticas e táticas através das quais possa ser alcançado o objetivo de viabilizar uma ofensiva socialista, que ligue a superação do domínio do imperialismo à superação do capitalismo e ao início da superação do domínio do capital.

Obviamente, devemos lutar para preservar os ganhos defensivos do passado, especialmente quando o capital é forçado a tentar revogá-los sob a pressão de uma crise estrutural que se aprofunda. Mas isso não deve nos levar a fantasiar sobre a possibilidade de uma “alternativa econômica estratégica neo-keynesiana”. Não apenas pelo fato de ser uma política totalmente irrealista, nas circunstâncias de crise estrutural do capital, mas porque não seria uma alternativa. Mesmo se, por uma milagre, pudesse ser implantada, seria um arremedo capaz apenas de apoiar uma curta e débil expansão do investimento industrial, sem alterar a correlação de forças a favor do trabalho. Seria uma manobra anti-socialista, voltada para debilitar a combatividade do proletariado através do reforço de ilusões e mistificações sobre a reforma capitalista do capitalismo. A rearticulação e reorganização do movimento socialista como uma estratégia para ir além do capital, é uma condição prévia necessária para que os sucessos parciais, no tempo devido, dentro da estrutura de uma estratégia correta, possam se



tornar cumulativos. Em contraste, sem a finalidade apropriada da ofensiva estratégica – orientada para a ordem socialista como a única alternativa prática, real e viável, ao existente – o próprio percurso estará sem orientação.

Sob este aspecto, buscamos resgatar e atualizar uma das maiores contribuições da última fase da vida revolucionária de Prestes. Seu esforço, incansável e apaixonado, de procurar transmitir aos revolucionários brasileiros um modo de conhecimento prático-teórico e uma forma específica de ação, voltada para a concretização da elaboração da estratégia revolucionária pensada em intrínseca unidade com uma estratégia de construção de uma organização revolucionária, adequada às necessidades da revolução brasileira. Para se tornar capaz de dirigir a luta pelo socialismo, uma organização de vanguarda deve esforçar-se para transmitir os conhecimentos acumulados, graças à análise científica da realidade e aos ensinamentos das lutas e experiências passadas, ao maior número possível de trabalhadores. Deve se transformar numa força confluyente e estimulante de todos os movimentos de protesto e de rebelião contra o regime vigente. O elemento tático central, para tanto, objetiva-se na elaboração de reivindicações que, embora partindo das preocupações imediatas e necessidades mais sentidas das massas, não são realizáveis e assimiláveis nos quadros do regime capitalista. A Proposta para a Discussão de um Programa de Soluções de Emergência, publicado por Prestes em março de 1982, mantém sua atualidade como método: ao buscar colocar as necessidades dos de baixo no centro da luta política, incorporá-los como força organizada na luta de classes e fortalecer a hegemonia do proletariado no interior do bloco de forças sociais revolucionárias; ao proporcionar condições políticas para uma interação entre a massa menos politizada e os revolucionários organizados com formação marxista; ao visar a abertura de espaços para o surgimento de novas lideranças diretamente escolhidas pelas massas, formar quadros proletários que encarnem todo o processo de mediação entre o programa revolucionário e as preocupações imediatas das massas e os transmitam quotidianamente aos seus companheiros de trabalho. Assim concebidas, “as soluções de emergência contribuem para conscientizar e organizar as classes trabalhadoras, preparando, desta maneira, as condições necessárias para mudanças substantivas nas estruturas capitalistas e autoritárias, num sentido socialista” (Prestes, L. C. – “Proposta Para a Discussão de um Programa de Emergência...”, op. cit., p. 81).

Nos últimos anos, vem sendo formuladas, numa ou noutra esfera política, muitas das medidas indispensáveis para barrar a ofensiva do grande capital e do governo FHC contra o nível de vida do povo. Acreditamos que, no Brasil de hoje, as amplas massas - se pudessem escolher livremente quais são as prioridades de alocação de recursos escassos - considerarão a eliminação da fome, da miséria e do desemprego como uma prioridade máxima. Amadurecem as condições para a proposta de Prestes de realizar uma síntese das reivindicações mais urgentes num Programa Mínimo, articulando medidas em si defensivas no interior de uma estratégia ofensiva. Do nosso ponto de vista, tal programa mínimo, deve incluir soluções para as necessidades mais inadiáveis dos que passam fome, do proletariado e de todo o povo, impiedosamente esmagado pelos capitalistas e pelo Estado, dentre as quais podem ser mencionadas:

- Medidas para erradicar a fome, garantindo o fornecimento alimentos para todos os brasileiros que passam fome (hoje estimados em mais de 56 milhões).
- Reforma agrária radical, com o fim dos latifúndios. Garantia efetiva da posse da terra por aqueles que a cultivam e do acesso dos trabalhadores rurais à água, às sementes e aos demais meios de produção e gestão econômica (isto é, acesso aos créditos para custeio, aos insumos, maquinarias, pesquisa agropecuária e assistência técnica rural, e também, condições de comercialização que protejam tanto os assentados e pequenos produtores rurais, como os consumidores urbanos da espoliação dos monopólios agro-industriais e comerciais). Construção de moradias populares (ligadas à rede elétrica, com água corrente e



saneamento) e requisição criteriosa de habitações e locais desocupados para alojar os sem-teto. Restabelecimento e ampliação de uma proteção plena – pública, gratuita e de qualidade, à saúde de todos; proteção à criança e aos jovens, através de escolas de tempo integral e outras medidas efetivas que garantam a erradicação imediata da violência massiva contra as crianças e os adolescentes. Radical elevação do salário mínimo, de modo a torná-lo condizente com uma vida digna; reajustes salariais, garantidos por lei, adequando-os ao índice real do custo de vida.

- Um plano nacional de emprego, com a reorientação dos investimentos públicos para projetos que ampliem, ao mesmo tempo, os empregos e o bem-estar das massas: atendam às necessidades prementes de alimentação, obras públicas de proteção civil e interesse social (contra secas e inundações, estradas, saneamento, renovação de bairros populares e de subúrbios da população trabalhadora, etc), serviços de transporte, saúde, educação e outros. Proibição do trabalho infantil. Introdução de um sistema legal de garantias efetivas de estabilidade no emprego: estabelecimento de um seguro desemprego, geral e completo; transformação dos contratos de trabalho de prazo determinado e relações de trabalho precárias ou informais em vagas estáveis, com direitos sociais e trabalhistas plenamente garantidos por lei e nas relações práticas efetivas; garantia de aposentadoria digna para todos os trabalhadores com base no tempo de serviço e salário integral. Redução imediata da jornada de trabalho para 35 horas (e depois, para cada vez menos), sem redução de salários diretos ou indiretos; e diminuição do tempo de trabalho exigido para a aposentadoria. Este conjunto de medidas devem promover a redistribuição do emprego, acompanhando as possibilidades colocadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, visando transformar em realidade o direito ao trabalho, permitindo “trabalhar menos para trabalharem todos”, combinado pleno emprego com liberação de tempo para o auto-aperfeiçoamento humanizador dos indivíduos).

A articulação destas medidas de defesa do nível de vida e elevação do poder aquisitivo do povo com a necessidade de relançar o desenvolvimento econômico, implica no mínimo a combinação de uma transformação da orientação social da intervenção do Estado na economia, o repúdio da dívida externa, a redução da vulnerabilidade externa e a criação de novas formas de mobilização de recursos com a construção de instituições democráticas adequadas, que articulem planejamento democraticamente centralizado e não burocrático com ação direta das massas. Serão derrotadas as “boas intenções” de quem chegar ao governo prometendo “ampliação do mercado interno com redistribuição de renda” numa lógica reformista tímida e vacilante e não tiver coragem, disposição ou capacidade de avançar no sentido de reorganizar e reorientar a produção e liquidar a atual estrutura de poder autocrático-conservadora ligada ao domínio imperialista e o controle dos grandes grupos privados sobre a acumulação e o investimento. A disputa e o exercício de governos que ocupem o Estado burguês, deve ser concebida como parte do acúmulo de forças necessários para a conquista do poder, sendo que esta exige uma ruptura revolucionária. Se a atual estratégia imperialista e neo-conservadora procura impor um projeto integral de dominação (econômico, político, ideológico, cultural e militar), a alternativa a esta dominação deve ser integral. Deve ter por referência uma estratégia socialista que resulte tanto da negação da ordem vigente, como da superação qualitativa das experiências revolucionárias interrompidas ou falidas no curso do século XX. Deve integrar a totalidade das demandas sociais, das preocupações mais imediatas cotidianas àquelas que abertamente questionam a ordem social do capital enquanto tal, em uma alternativa socialista, através de uma estratégia teoricamente coerente e praticamente viável no plano instrumental-organizacional.

A esquerda precisa romper com seu auto-encarceramento parlamentar, eleitoreiro e taticista. Por esta razão Prestes contrapunha ao cretinismo parlamentar e ao oportunismo



conciliador com “elites dissidentes” (que já demonstraram que não tem nenhuma vontade de instituir qualquer renovação profunda) a idéia de que as massas trabalhadoras e populares devem se transformar no sujeito objetivo do poder, unindo internamente “programa de emergência” e estratégia anti-imperialista e anti-monopolista orientada para o socialismo: “Cabe a classe operária e aos oprimidos no geral assumir a defesa e a representação de seus próprios interesses, unindo-se nos sindicatos, nos centros de ensino e de moradia e integrando-se em partidos políticos, com o objetivo de construir e fazer avançar uma alternativa efetivamente renovadora. Certamente, semelhante alternativa – no sentido de uma solução completa e duradoura – só poderá existir numa perspectiva socialista”. Ele denuncia os que “praticam o mais primário oportunismo, fazendo alianças com ‘pelegos’, hipotecando solidariedade a quem possa obter mais votos, sem levar em conta os objetivos de classe dos elementos que apoiam”, alertando para o “erro persistente” da “separação entre objetivos finais e as metas imediatas de luta, o que leva a que as primeiras desapareçam, ficando apenas as tarefas imediatas; com isso, desaparece, também, qualquer visão estratégica, tendo como pretexto as múltiplas tarefas e os múltiplos conchavos táticos” (Prestes, L. C., op. cit., p. 94-95).

Participamos de eleições e reconhecemos a importância da pressão de opositores no parlamento, na medida em que se apoiem nos movimentos populares, em defesa de suas reivindicações. Sempre apoiamos e continuaremos a apoiar a atuação de parlamentares efetivamente comprometidos com a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da cidade e do campo. Mas a “democracia representativa” – a atividade parlamentar, a ocupação de postos no Estado burguês por políticos progressistas, a defesa da “soberania nacional” nos limites formais do liberalismo burguês – é absolutamente insuficiente para mudar a política de opressão e exploração selvagem do grande capital. É necessário um poder soberano nacional proletário e popular. Para que o tema da soberania ganhe abrangência e seja instrumento da luta pela hegemonia, a soberania tem que ser entendida não apenas como soberania nacional, mas como soberania proletária e popular.

O Estado-nação ainda é um dos terrenos essenciais de luta: em cada país é com seu Estado burguês que o movimento proletário, popular e democrático tem que ajustar contas em primeiro lugar. Com a conquista da democracia para as massas – para o bloco proletário e popular organizado como poder evolucionário – pode-se reorientar os recursos nacionais e sistemas de informação em favor das classes trabalhadoras e populares, de modo a vincular o poder público a programas nacionais abrangentes, que possam proteger o meio ambiente e induzir transformações sociais estruturais, de longo prazo e em larga escala. Mas a agressividade imperialista cria condições para um novo internacionalismo. Para transformar a correlação de forças mundial, enfrentar a beligerante hegemonia norte-americana e a aliança entre as forças imperialistas e as burguesias nativas à eles associadas (no interesse comum de explorar os trabalhadores e esmagar o socialismo) e é necessário rearticular o movimento dos trabalhadores do mundo com as lutas dos povos oprimidos. Nesta batalha, os níveis regionais, continentais e mundial da luta de classes, para além do Estado-nação, são campos cada vez mais decisivos. Em sua forma atual, a União Européia, o Mercosul e outras organizações regionais semelhantes, são instrumentos dóceis do imperialismo, ou pelo menos não representam pólos de resistência efetivos. Isto não impede a integração internacional soberana de Estados nacionais, em outras bases, a partir dos interesses comuns dos trabalhadores de todos os países, das lutas dos povos das nações oprimidas, da defesa de uma nova sociedade justa e verdadeiramente humana. Um novo projeto proletário-popular de integração latino-americana – combinado com a solidariedade internacionalista e uma ação política minimamente coordenada com os movimentos de trabalhadores da Europa, dos EUA e Canadá e com a luta dos povos oprimidos da Ásia e da África – poderá criar condições para avançarmos na criação de relações de cooperação, paz



com autodeterminação dos povos e de promoção da justiça social, como normas de uma nova ordem mundial.

A transformação na correlação de forças necessária para tornar isto viável, passa, desde já, pela construção de órgãos de democracia direta proletária e popular. Deve-se ampliar e aprofundar qualitativamente todas as formas de auto-administração e democracia direta realizáveis sob as presentes condições, de modo que as massas do povo trabalhador possam impor a alocação planejada dos recursos existentes para atender a um dado número de necessidades sociais que sejam consideradas prioritárias. Comitês de controle popular devem ser criados para garantir que os recursos reservados para estes propósitos não sejam desviados. Uma vez que essas prioridades tenham sido selecionadas, esta escolha implica que uma dada percentagem de todos os recursos não estará mais disponível para outros propósitos. Terra, equipamentos, materiais escassos, força de trabalho serão mobilizados para atingirem os objetivos definidos. Lutamos para construir uma democracia política real: não uma democracia restrita a defesa dos interesses dos ricos, mas uma democracia das massas para as massas, onde o poder esteja nas mãos da imensa maioria dos trabalhadores. Trata-se de criar os meios para que a solidariedade, a cooperação, a generosidade prevaleçam contra o egoísmo míope e a irresponsabilidade. Somos partidários resolutos da democracia política dos trabalhadores como meio para atingir o socialismo. Os marxistas revolucionários devem defender vigorosamente prioridades como as do “Programa de Emergência” e um “Programa Mínimo Estratégico” teoricamente fundamentado e fruto de um cálculo preciso e detalhado. Mas, cabe diretamente às massas do povo trabalhador o direito de expressar e decidir, livre e democraticamente, quais são as prioridades na alocação de recursos escassos.

É certo que diferentes objeções serão levantadas, questionando a viabilidade de uma estratégia de desenvolvimento deste tipo, alegando que ela é irrealizável na economia internacionalmente integrada da “era da globalização”, seja ela definida apologeticamente como uma “economia aberta”, seja fatalisticamente como uma economia necessariamente subordinada às “forças do mercado” e “integralmente controlada pelo ‘Império’ das transnacionais”. Ora, no que tem de verdadeiro (a internacionalização e integração econômica sem precedentes das forças produtivas capitalistas), a “globalização” significa o contrário do que pretendem seus teóricos: do mesmo modo que o monopólio socializa o trabalho e a produção a ponto de criar as bases do modo de produção socialista, sua integração internacional cria, de maneira mais ampla que no passado, as bases para um internacionalismo proletário mais articulado. O problema é que sob o capitalismo monopolista da nossa época radicalizam-se as contradições entre a socialização do trabalho e a apropriação privada cada vez mais concentrada e excludente; e entre a organização planejada do trabalho em cada empresa e a anarquia ao nível de toda a produção. Por outro lado, não há um “ultra-imperialismo” (que tenha superado as rivalidades entre Estados nacionais e as contradições inter-imperialistas) ou “um Super Império Americano” que “controla tudo”, muito menos “um Estado capitalista global” que garantiria um poder falsamente considerado “homogêneo e total das multinacionais”.

A concorrência imperialista contínua, sob novas formas históricas. A centralização do capital foi suficiente para substituir um grande número de forças imperialistas por três grandes blocos: o imperialismo norte-americano (que controla grande parte do Canadá e da Austrália), o imperialismo japonês e o imperialismo europeu continental. No entanto, a força contrária do desenvolvimento desigual e combinado impede a formação de uma verdadeira “comunidade global de interesses capitalistas”: a fusão de capital se dá parcialmente ao nível continental, mas desse modo a concorrência capitalista intercontinental intensifica-se muito mais.

Não há o controle monolítico de um suposto “superimperialismo americano”, pois, se é verdade que os EUA mantêm e continua a fortalecer sua posição de potência hegemônica, o



imperialismo norte-americano não tem condições, a curto e médio prazo, de adquirir uma proporção decisiva da propriedade do capital de seus concorrentes mais importantes. O capital financeiro da Europa Ocidental e do Japão permanece muito independente do norte-americano e dotados de poderes e projetos hegemônicos próprios. Os bancos norte-americanos representam um papel marginal nas suas economias e embora o capital industrial de propriedade norte-americana seja de grande importância, sua parte pode ser estimada em pouco mais de 10% dos investimentos totais de capital e há indicadores de que esta parcela está diminuindo. Além disso, não se pode afirmar que o Estado japonês ou os Estados europeus caíram para a posição de semi-colônias. Eles conduzem políticas independentes em relação ao comércio, relações exteriores e mesmo aos assuntos militares. Ainda que esta independência tenha sido limitada pela aliança contra seus inimigos comuns de classe; esta aliança coincide com interesses comuns de todas as grandes burguesias e não apenas com os interesses específicos do imperialismo norte-americano. Com o fim da URSS as tensões e contradições tendem a ganhar maior importância.

Hoje também não existe um “imperialismo global”, ou um “ultra-imperialismo”. Seria necessário um grau muito maior de centralização do capital do que é possível na época presente. Seria necessário uma participação maciça de grandes acionistas europeus e japoneses nos monopólios norte-americanos mais importantes e uma drástica redução da propriedade norte-americana nativa dessas empresas para holdings minoritários, o que é algo ainda mais improvável do que a redução paralela do padrão de propriedade das grandes companhias européias e japonesas. As multinacionais têm profundas ligações com os Estados de origem e de implantação. Os apologistas das “transnacionais” transformam a “transnacionalidade” em transcendência, como se elas caíssem do céu, como entidades autônomas do desenvolvimento concreto de um modo de produção historicamente determinado. Grandes empresas “indiferentes” ao Estado não sobreviveriam diante da concorrência de monopólios que desfrutam do apoio real do aparato estatal de origem, ou melhor, que exercem um domínio interno e constitutivo do Estado natal ou do local dentro de cujas fronteiras se dá o grosso de suas operações. Ainda que o FMI, o Banco Mundial e outras organizações internacionais desenvolvam esforços para enfrentar a depressão e as recessões em harmonia com os interesses dos grandes grupos financeiros e das corporações multinacionais - através de artifícios monetários e de uma orientação internacional uniforme relativa a crédito, orçamentos e impostos e mesmo a obras públicas - em longo prazo, é impossível uma política comum em todas estas esferas sem um Estado comum, com soberania em questões de tributação e finanças, dispondo de um poder executivo de repressão para impor sua autoridade. Hoje não existe este “governo mundial” e sob o capitalismo monopolista é praticamente impossível a construção de um “Estado Global”, pois os impiedosos ditames da concorrência pesam imensamente mais na conduta das burguesias imperialistas do que as noções de “cidadania mundial”. A tendência principal da intensificação da concorrência internacional não se dirige hoje para a fusão do grande capital ao nível mundial ou para a formação do “Governo liberal e federal das multinacionais”, mas para o endurecimento do antagonismo entre as diversas formações imperialistas, onde subsistem e desenvolvem-se as contradições entre as classes dominantes em escala internacional.

O combate do movimento anti-imperialista pode começar por constituir um poder capaz de implementar as prioridades acima propostas e um programa de transformações estruturais que o viabilize, num país como o Brasil. Um poder dotado de soberania nacional proletária, popular e democrática pode negociar com vários países acordos e acordos comerciais e de cooperação econômica mutuamente vantajosos. O Brasil, apesar da dependência e do subdesenvolvimento, é uma das maiores potências industriais do mundo, tem imensos recursos naturais, quadros científicos e técnicos, pode oferecer muitos bens para muitos países; enfim, temos boas condições para derrotar qualquer tentativa de bloqueio e estrangulamento



econômico contra nós. Mas, para encontrar melhores condições e meios para se impor, para além da resistência, como uma ofensiva anti-imperialista orientada para o socialismo, esta luta deve ampliar-se no âmbito de um poderoso Bloco Continental Latino Americano baseado na construção coletiva de um Programa de Ruptura com o Imperialismo. Nesta perspectiva, buscando aglutinar nossas forças em torno de um programa estratégico de desenvolvimento que rompa com a lógica do domínio do grande capital, propomos a luta pela aplicação de uma política abrangente que compreenderia, entre outros, os seguintes aspectos:

- Não pagamento incondicional da dívida pública externa e interna (podendo-se avaliar a conveniência de realizar pagamentos muito seletivos da dívida interna, que salvasse a poupança de alguns pequenos poupadores).
- Pela paz com autodeterminação dos povos e democracia para as massas. Fim imediato do criminoso bloqueio contra Cuba e apoio à Revolução Cubana e suas conquistas. Luta contra o Plano Colômbia e defesa da Amazônia e da soberania e integridade territorial dos países da América Latina. Luta pelo reconhecimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (Farc-EP), Exército de Libertação Nacional e outros grupos guerrilheiros como forças beligerantes. Por uma solução política do conflito e pelo fim da repressão do Estado e dos grupos paramilitares contra os lutadores do povo colombiano. Contra a invasão yanque e a tentativa dos EUA de envolver os governos da América Latina na repressão contra os guerrilheiros colombianos;
- Controle por parte dos nossos Estados nacionais (se possível articulados no âmbito sub-continental) sobre o comércio exterior, com o estabelecimento de rigorosa proteção de nossas economias, nas esferas dos investimentos e das trocas.
- Revitalização da histórica luta do “Movimento dos Países Não-Alinhados” (parcialmente implementado, durante algum tempo, pelos países em transição para o socialismo) pela vinculação dos preços de nossos produtos de exportação ao movimento dos preços dos produtos e da tecnologia que necessitamos importar dos países mais desenvolvidos.
- Imediata taxação sobre o capital especulativo (enquanto não for possível eliminá-lo), fim dos “paraísos fiscais” e estabelecimento de rigoroso controle sobre a movimentação de capitais.
- Expropriação e estatização do sistema bancário e das instituições financeiras.
- Organização de um forte movimento de massas contra a assinatura do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) e contra a criação da Área de Livre comércio das Américas (ALCA).
- Criação de uma moeda única no MERCOSUL (e negociação de sua extensão para o conjunto da América Latina e Caribe), dentro de uma política de resistência à dolarização e ao atual sistema monetário internacional imposto pelo imperialismo e como instrumento de organização da produção, das trocas e serviços. Luta pela transformação radical e total do sistema de tarifas e do próprio sistema monetário internacional.
- Definição e regras comuns que regulem o funcionamento de multinacionais em nossos territórios, com controle e limitações rigorosas sobre a remessa de lucros.
- Criação de um direito do trabalho unificado no plano latino-americano e caribenho, com garantias sociais e proteção das aposentadorias alinhadas aos níveis mais avançados e que permita a defesa dos interesses dos assalariados e negociações coletivas regionais unificadas (impedindo as multinacionais de realizarem um leilão de investimentos, a partir de chantagens envolvendo os custos da mão de obra e os direitos sociais).



- Nacionalizar, submeter ao controle público democrático e desmercantilizar todos os serviços que dizem respeito ao bem-estar da sociedade (educação, saúde, saneamento, etc.), expandindo progressivamente as áreas de desmercantilização a partir de todos os serviços vistos como direitos inerentes dos cidadãos independente da capacidade de pagar.
- Fim das privatizações. Nacionalização e estatização (com controle democrático das massas trabalhadoras) das empresas estratégicas para o fomento do desenvolvimento nacional com elevação da qualidade de vida das massas e das empresas ligadas ao exercício da soberania sobre nossos recursos naturais. No caso do Brasil, a desprivatização, o comando público coordenado e subordinado a um Plano Nacional democraticamente definido (combinando planejamento democraticamente centralizado e formas descentralizadas de autogestão) de empresas como a Vale do Rio Doce, Telebrás e Petrobrás, que eram complexos de atividades produtivas, tecnológicas, organizacionais e financeiras de origem nacional, constituem um trunfo estratégico decisivo para possibilitar um sistema de planejamento, capaz de garantir a sustentação de uma política desenvolvimento econômico e social soberano.
- Criação de empresas públicas de insumos e maquinarias, para apoiar a inserção da Reforma Agrária, no bojo de um conjunto de mediadas orientadas no sentido de eliminar a dominação (sobre a cidade e o campo) do capital monopolista. Revogação das Leis de Patentes, impostas pelos Estados imperialistas.
- Elaboração de um orçamento comum dos Estados latino-americanos (que pode começar pelos países que atualmente compõem o MERCOSUL) – baseado num sistema fiscal que atinja o capital especulativo, as multinacionais e os rendimentos mais elevados – capaz de permitir a garantia dos direitos sociais, serviços públicos e financiamento do desenvolvimento econômico e elevação do nível qualitativo de vida das massas. O orçamento comum asseguraria uma verdadeira política de meio-ambiente e os instrumentos para impor sua aplicação.
- Adoção de uma política exterior comum, orientada para o enfrentamento concreto da hierarquia que rege as relações internacionais, de modo a promover a efetiva independência econômica e política das nações oprimidas e avançar na revolução social que garanta democracia para as massas, igualdade e justiça social.